



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIAL
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

EDITAL - Licitação

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 250311PE00004

LICITAÇÃO Nº. 00004/2025

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS

CRITÉRIO: MENOR PREÇO POR ITEM

LEGISLAÇÃO: LEI 14.133/2021

Órgão Realizador do Certame:

PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIAL

R: SAO JOSE , 472 - CENTRO - AREIAL - PB.

CEP: 58000-000 - E-mail: cplareial2528@gmail.com - Tel.: (83) 33681020.

O Órgão Realizador do Certame acima qualificado, inscrito no CNPJ 08.701.062/0001-32, doravante **denominado simplesmente ORC** e que neste ato é também o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do presente registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através do Pregoeiro, assessorado por sua Equipe de Apoio, sediado no endereço acima, às 10:00 horas do dia 25 de Março de 2025, por meio do site abaixo indicado, licitação na modalidade Pregão nº 00004/2025, na forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço por item, e o fornecimento realizado na forma parcelada; tudo de acordo com este instrumento e em observância a Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, almejando obter a melhor proposta visando o Registro de Preços para: AQUISIÇÃO DE MEICAMENTOS DA ATENÇÃO BASICA DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Data de abertura da sessão pública: 25/03/2025. Horário: 10:00 - horário de Brasília.

Data para início da fase de lances: 25/03/2025. Horário: 10:05 - horário de Brasília.

Local: www.portaldecompraspublicas.com.br

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto da presente licitação: AQUISIÇÃO DE MEICAMENTOS DA ATENÇÃO BASICA DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

1.2.As especificações do objeto ora licitado - quantitativo e condições -, encontram-se devidamente detalhadas no correspondente Termo de Referência - Anexo I deste instrumento, onde consta, inclusive, a estimativa consolidada de quantidades máximas a serem eventualmente contratadas pelo ORC.

1.3.O certame visa selecionar a proposta mais vantajosa objetivando formar Sistema de Registro de Preços para contratações futuras, conforme a norma vigente.

1.4.O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, nos termos do Anexo IV e nas condições previstas neste instrumento.

1.5.O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

1.6.A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.7.O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.8.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de compra para suprir demanda específica – AQUISIÇÃO DE MEICAMENTOS DA ATENÇÃO BASICA DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

1.9.Na referida contratação será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos limites previstos da Lei 123/06, consideradas as hipóteses e condições determinadas no Art. 4º, da Lei 14.133/21. Todavia, serão afastados os benefícios estabelecidos nos Arts. 47 e 48, por estarem presentes, de forma isolada ou simultânea, as situações previstas nos Incisos II e III, do Art. 49, todos da Lei 123/06.

1.10.Todas as referências de tempo neste Edital, no respectivo aviso e durante a sessão pública obedecerão o horário de Brasília - DF.

2.0.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1.Informações ou esclarecimentos sobre esta licitação, serão prestados nos horários normais de expediente: das 08:00 as 12:00 horas.

2.2.Qualquer pessoa - cidadão ou licitante - é parte legítima para impugnar o Edital deste certame por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o respectivo pedido, dirigido à Pregoeira, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, exclusivamente, da seguinte forma:

2.2.1.No endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br.

2.3.A Pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até três dias úteis, contado da data de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração deste Edital e dos seus anexos.

2.4.A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pela Pregoeira, nos autos do processo de licitação.

2.5.Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados na norma vigente.

2.6.As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do ORC e no sistema, dentro do prazo estabelecido no item 2.3, e vincularão os participantes e a Administração.

3.0.DOS ELEMENTOS PARA LICITAÇÃO

3.1.Aos participantes serão fornecidos os seguintes elementos que integram este Edital para todos os fins e efeitos:

3.1.1.ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES;

3.1.2.ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO – de não empregar menor;

3.1.3.ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO – que a proposta compreende a integralidade dos custos;

3.1.4.ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO;

3.1.5.ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO;

3.1.6.ANEXO VI - MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos;

3.1.7.ANEXO VII - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP.

3.2.A obtenção do Edital será feita da seguinte forma:

3.2.1.Pelos endereços eletrônicos:

3.2.1.1.www.tce.pb.gov.br;

3.2.1.2.www.portaldecompraspublicas.com.br; e

3.2.1.3.www.gov.br/pncp.

3.3.Salienta-se que é parte integrante do presente instrumento convocatório, na forma de anexo, o correspondente Estudo Técnico Preliminar - ETP, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução; em atendimento ao requisito de publicidade determinado na norma vigente, que exige a publicação conjunta desses estudos com o respectivo Edital para garantir plena transparência e competitividade.

4.0.DO SUPORTE LEGAL

4.1.Esta licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; que ficam fazendo partes integrantes deste Edital, independente de transcrição.

5.0.DO PRAZO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1.O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado a partir da emissão do Pedido de Compra:

Entrega: 5 (cinco) dias.

5.2.O fornecimento será executado de acordo com as especificações definidas no correspondente Termo de Referência - Anexo I. Na hipótese do referido termo não estabelecer o local para a entrega, observada a demanda e oportunidade, essa será feita na sede do Contratante ou em uma das unidades administrativas, por ele indicada, que compõe a sua estrutura operacional.

5.3.O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: até o final do exercício financeiro de 2025, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

5.4.As despesas decorrentes do objeto deste certame, correrão por conta da seguinte dotação:

Recursos não Vinculados de Impostos:

2050 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

2050.10.301.2006.2070 – MANUT. DAS ATVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE

3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

5.5.Quando a validade da Ata de Registro de Preços ultrapassar o exercício financeiro atual, as despesas decorrentes de eventuais contratações futuras, correrão por conta das respectivas dotações previstas no orçamento do exercício financeiro posterior.

5.6.A dotação relativa a exercícios financeiros subsequentes, quando for o caso, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação do crédito correspondente, podendo ser realizada mediante apostilamento.

6.0.DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1.A licitação será realizada à distância e em sessão pública, por meio do sistema disponível no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

6.2.Deverão ser observadas as normas e procedimentos estabelecidos pelo provedor do sistema, disponíveis no referido sítio eletrônico para acesso ao sistema e operacionalização.

6.3.Caberá ao licitante interessado em participar deste certame, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão; e comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.4.A participação neste certame é aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente.

6.5. Não poderão participar os interessados:

6.5.1. Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

6.5.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.5.3. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

6.5.4. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

6.5.5. Cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto desta licitação; e

6.5.6. Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 14º, da Lei 14.133/21.

6.6.0 presente Edital não possibilitará a participação das pessoas físicas.

6.7. É permitida a participação de pessoas jurídicas que estejam reunidas em consórcio, observadas as seguintes normas:

6.7.1. Comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, com indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante o ORC;

6.7.2. Apresentação dos documentos de habilitação exigidos neste instrumento, por parte de cada consorciado, com admissão, quando for o caso, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado:

6.7.2.1. Será estabelecido para o consórcio acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira. O referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei;

6.7.3. Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

6.7.4. Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;

6.7.5. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do respectivo compromisso anteriormente subscrito pelos consorciados;

6.7.6. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo ORC e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato; e

6.7.7. A proposta será enviada pela empresa responsável pelo consórcio.

6.8. Não será permitida a participação de sociedades cooperativas.

6.9. CONDIÇÃO ESPECÍFICA: O licitante deverá atender ao requisito abaixo e o respectivo comprovante, obrigatoriamente, integrará a documentação para fins de habilitação:

6.9.1. Comprovação de capacidade técnico-operacional, através de certidão ou atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado **em favor do Licitante**, que demonstre a sua capacidade de desempenho anterior satisfatório, de atividade igual ou assemelhada ao objeto da licitação. Serão admitidas as certidões ou os atestados referentes à execução de fornecimentos similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto do presente certame.

6.9.1.1. O licitante poderá apresentar mais de uma certidão ou atestado para comprovação da sua capacidade técnico-operacional.

6.10. GARANTIA DE PROPOSTA: O licitante deverá atender ao requisito abaixo e o respectivo comprovante encaminhado por meio do sistema eletrônico, quando solicitado pela Pregoeira, como requisito de pré-habilitação:

6.10.1. Comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, no valor equivalente a R\$ 10.720,28. Essa comprovação terá como referência o momento de apresentação da proposta, portanto, o prazo máximo para a "prestação" da referida garantia é **até a data e o horário**

previstos para abertura da sessão pública desta licitação. Encerrada a etapa de envio de lances e após a avaliação da conformidade da proposta, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, o referido comprovante deverá ser encaminhado por esse proponente no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação da Pregoeira. Caberá ao licitante optar por uma das seguintes modalidades de garantia: a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia; b) seguro garantia; c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil; d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. A referida garantia, quando na modalidade caução em dinheiro, deverá ser depositada na seguinte conta: Titular - PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIAL. Banco - BANCO DO BRASIL. Agência - 2047-8. Conta Corrente - 10442-6. Na hipótese do respectivo comprovante bancário apresentar alguma inconsistência que não permita a confirmação de depósito do valor referente à garantia, a proposta será desclassificada:

6.10.1.1.A garantia de proposta será devolvida ao licitante no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação;

6.10.1.2.Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação;

6.10.1.3.Não sendo comprovado o recolhimento da correspondente quantia a título de garantia de proposta conforme as disposições deste item, inclusive se for realizado posteriormente a data e o horário previstos para abertura da sessão pública desta licitação, a respectiva proposta será desclassificada.

7.0.DO CREDENCIAMENTO

7.1.Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema eletrônico de disputa à distância utilizado pelo ORC, acessando o seguinte endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

7.2.Os interessados deverão atender às condições e procedimento constantes do referido site, cujo credenciamento implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

7.3.O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados, diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema eletrônico ou do ORC por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.4.É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no referido sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.5.A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.0.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

8.1.Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.2.No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, relativamente às declarações necessárias e obrigatórias, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei 14.133/21; tais como:

8.2.1.Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

8.2.2. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

8.2.3. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV, do Art. 1º e no Inciso III, do Art. 5º da Constituição Federal.

8.2.4. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas.

8.3. O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º, da Lei 123/06, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do Art. 4º, da Lei 14.133/21:

8.3.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item; e

8.3.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei 123/06, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas finais, após a fase de envio de lances.

8.7. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.7.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

8.7.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem anterior.

8.8. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

8.9. O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o ORC, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8.10. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8.12. A falsidade de declaração relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/21, e neste Edital. A Pregoeira poderá promover diligência destinada a esclarecer as informações declaradas.

9.0. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1. O licitante deverá enviar sua **PROPOSTA** mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, de todos os campos necessários e obrigatórios para o exame de forma objetiva da sua real adequação e exequibilidade, tais como:

9.1.1. Valor unitário do item: expresso em moeda corrente nacional;

9.1.2. Quantidade: conforme fixada no Termo de Referência - Anexo I;

9.1.3. Marca: se for da própria empresa deverá ser informado "própria";

9.1.4. Descrição do objeto: contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência - Anexo I.

9.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

9.3. Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais.

9.4.A quantidade de unidade a ser cotada está fixada no Termo de Referência - Anexo I:

9.4.1.O Licitante não poderá ofertar proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação, indicado na coluna "quantidade" do referido termo de referência.

9.5.A indicação de "própria" em campo específico, como por exemplo "marca", para o caso de bens produzidos pela própria empresa, é condição para a não identificação do licitante.

9.6.A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Edital e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9.7.No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

9.8.Não será admitida a previsão de preços diferentes em decorrência do local de entrega do objeto da presente contratação, mesmo quando distintos; ou em razão da forma e do local de acondicionamento; ou por qualquer outro motivo.

9.9.O preço ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.10.Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

9.11.Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.12.Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

9.13.As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico e **qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta** correspondente, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.0.DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1.A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública:

10.2.1.Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

10.2.2.A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

10.2.3.A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.3.O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.4.O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

10.5.Iniciada a fase competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro:

10.5.1.O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

10.6.Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

10.7.O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema:

10.7.1.O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

10.8.Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema:

10.8.1.O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível;

10.8.2.A Pregoeira poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo desse processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema. Eventual exclusão de proposta do licitante implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

10.9.Será adotado para o envio de lances neste certame o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado.

10.10.A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

10.11.Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas subsequentes com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo:

10.11.1.No procedimento de que trata o item acima, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance;

10.11.2.Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado o disposto no subitem anterior.

10.12.Encerrados os prazos estabelecidos nos item anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente.

10.13.Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.14.Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.15.No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.16.Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.17.Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.18.Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45, da Lei 123/06.

10.19.Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até cinco por cento acima da melhor proposta ou do melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.20.A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de cinco minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.21.Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de cinco por cento, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

10.22.No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

- 10.23.Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 10.24.Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60, da Lei 14.133/21, nesta ordem:
- 10.24.1.Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 10.24.2.Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/21;
- 10.24.3.Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 10.24.4.Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 10.25.Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens produzidos por:
- 10.25.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do ORC;
- 10.25.2. Empresas brasileiras;
- 10.25.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 10.25.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.
- 10.26.Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a Pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento:
- 10.26.1.A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
- 10.26.2.A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;
- 10.26.3.Concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos os licitantes e registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo;
- 10.26.4.A Pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a sua **proposta atualizada**, adequada ao último lance ofertado e após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;
- 10.26.5.É facultado à Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente.
- 10.27.Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no sistema a nova data e horário para a sua continuidade, observado o intervalo mínimo de vinte e quatro horas.
- 10.28.Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de julgamento da proposta.

11.0.DA FASE DE JULGAMENTO

- 11.1.Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço final em relação ao estipulado para contratação, conforme definido neste Edital.
- 11.2.A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio do sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta:
- 11.2.1.É facultado à Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;
- 11.2.2.Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam os que contenham as características do produto ofertado, tais como marca, modelo, fabricante e procedência, encaminhados por meio do sistema eletrônico, ou, quando indicado pela Pregoeira, por outro meio eletrônico, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 11.3.Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 11.3.1. Contiver vícios insanáveis;
- 11.3.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência - Anexo I;
- 11.3.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 11.3.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 11.3.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 11.3.6. Não comprovar, quando solicitado pela Pregoeira recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, nos termos do item 6.10 deste Edital.
- 11.4. É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo ORC; em tal situação, não sendo possível a imediata confirmação, será dada ao licitante a oportunidade de demonstrar a sua exequibilidade, sendo-lhe facultado o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para apresentar, por meio do sistema eletrônico, a documentação que comprove a viabilidade da proposta:
 - 11.4.1. É facultado à Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;
 - 11.4.2. A inexequibilidade, nessa hipótese, só será considerada após diligência da Pregoeira, que comprove:
 - 11.4.2.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 11.4.2.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
 - 11.4.3. Salienta-se que tais ocorrências não desclassificam automaticamente a proposta, apenas o item correspondente.
- 11.5. A Pregoeira poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.
- 11.6. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas das propostas. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.
- 11.7. Encerrada a fase de julgamento, após verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, a Pregoeira verificará a documentação de habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital. Antes, porém, como requisito de pré habilitação, será solicitado ao licitante provisoriamente vencedor a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, nos termos do item 6.10 deste Edital.

12.0.DA HABILITAÇÃO

- 12.1. Os documentos previstos neste instrumento, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, conforme as disposições dos Arts. 62 a 70, da Lei 14.133/21.
- 12.2. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de **HABILITAÇÃO**:

12.3.PESSOA JURÍDICA:

- 12.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.
- 12.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 12.3.3. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de sociedade simples:

inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz. Em se tratando de sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil. Salienta-se que os documentos relacionados neste subitem deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.3.4. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais. Os referidos documentos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de dois anos. As pessoas jurídicas criadas no exercício financeiro desta licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

12.3.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital da sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante apresentação de certidão negativa, ou outro equivalente, na forma da lei.

12.3.7. Comprovação de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, apresentando o respectivo Certificado de Regularidade fornecido pela Caixa Econômica Federal.

12.3.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII–A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.3.9. Declaração do licitante atestando que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo – Anexo II.

12.3.10. Declaração do licitante, sob pena de desclassificação, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo – Anexo III.

12.3.11. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas.

12.3.12. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica expedida pelo Tribunal de Contas da União, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas, no endereço eletrônico: www.tcu.gov.br.

12.3.13. Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento Emitida pela Anvisa – Publicada no DOU – Diário Oficial da União.

12.3.14. Comprovação do cumprimento de requisitos normativos, conforme modelos - Anexo VI:

12.3.14.1. Declaração de ciência dos termos do Edital;

12.3.14.2. Declaração de inexistir fato impeditivo;

12.3.14.3. Declaração de não possuir no quadro societário servidor da ativa do ORC;

12.3.14.4. Declaração de não utilizar trabalho degradante ou forçado;

12.3.14.5. Declaração de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade; e

12.3.14.6. Declaração de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

12.4. Documentação específica - pessoa jurídica:

12.4.1. Comprovação de capacidade técnico-operacional - item 6.9.1.

12.4.2. Licença Sanitária Estadual ou Municipal da sede do licitante.

12.4.3.Comprovação da Autorização de Funcionamento da Empresa - AFE, emitida pela ANVISA, acompanhada, se for o caso, da autorização para comercialização de medicamentos controlados.

12.5.Documentação de licitantes reunidos em consórcio:

12.5.1.A documentação de cada pessoa jurídica que estejam reunidas em consórcio, nos termos das disposições deste Edital, deverá ser apresentada pela empresa responsável pelo consórcio, quando solicitada pela Pregoeira, correspondendo a:

12.5.1.1.Comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, com indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante o ORC;

12.5.1.2.Documentos de habilitação exigidos neste instrumento, por parte de cada consorciado, com admissão, quando for o caso, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado:

12.5.1.2.1.Será estabelecido para o consórcio acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira. O referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

12.6.Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da solicitação da Pregoeira, prorrogável por igual período, nas seguintes situações:

12.6.1.Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pela Pregoeira; ou

12.6.2.De ofício, a critério da Pregoeira, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

12.7.Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor:

12.7.1.Os documentos relativos à regularidade fiscal constantes deste Edital, somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

12.8.A verificação pela Pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.9.Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

12.9.1.Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

12.9.2.Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

12.10.Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observados o prazo e os termos definidos neste instrumento para o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado:

12.10.1.Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos eventuais procedimentos da Comissão de Contratação, para sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, observadas as disposições deste Edital.

12.11.A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, observando-se o seguinte procedimento:

12.11.1.As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, dentre os documentos enumerados neste instrumento para efeito de habilitação, mesmo que esta apresente alguma restrição;

12.11.2.Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista quando da comprovação de que trata o subitem anterior, será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou

parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

12.11.3. Para aplicação do disposto no subitem anterior, o prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação. A prorrogação desse prazo poderá ser concedida, a critério da Pregoeira, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa;

12.11.4. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal e trabalhista de que tratam os dois subitens anteriores;

12.11.5. A não regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 156, da Lei 14.133/21, sendo facultado ao ORC convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação;

12.11.6. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.12. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos, mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver alguma dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

12.13. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos:

12.13.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.14. Os documentos exigidos para fins de habilitação no certame deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por índice correspondente, apresentados em original; ou por cópia autenticada por cartório competente, ou pelo Pregoeiro, ou por membro da Equipe de Apoio ou da Comissão de Contratação; ou publicação em órgão da imprensa oficial. Estando perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras, emendas ou entrelinhas e dentro do prazo de validade, considerado o disposto neste Edital. A eventual ausência do referido índice não inabilitará o licitante, sendo que:

12.14.1. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante os agentes do ORC relacionados no item anterior, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

12.14.2. Quando o documento for obtido via Internet sua autenticidade será comprovada no endereço eletrônico nele indicado;

12.14.3. Poderá ser utilizada, a critério da Pregoeira, a documentação cadastral de fornecedor, constante dos arquivos do ORC, para comprovação da autenticidade de elementos apresentados pelo licitante.

12.15. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

12.16. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas dos documentos de habilitação apresentados. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

13.0. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1. A proposta final do licitante declarado vencedor - **proposta atualizada** - deverá ser encaminhada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação da Pregoeira no sistema eletrônico, e deverá:

13.1.1. Ser elaborada em consonância com as especificações constantes deste Edital e seus Anexos, redigida em língua portuguesa e impressa em uma via em papel timbrado do proponente, quando for o caso, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas; datada e assinada pelo licitante ou seu

representante legal, com indicação: do valor global da proposta; do prazo de entrega; das condições de pagamento; e da sua validade;

13.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

13.1.3. Estar adequada ao último lance ofertado e a negociação realizada, acompanhada, dos documentos complementares eventualmente solicitados, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

13.2. Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais, sendo que, nesse último caso, a indicação em contrário está sujeita a correção, observando-se aos seguintes critérios:

13.2.1. Falta de dígitos: serão acrescidos zeros;

13.2.2. Excesso de dígitos: sendo o primeiro dígito excedente menor que cinco, todo o excesso será suprimido, caso contrário haverá o arredondamento do dígito anterior para mais e os demais excedentes suprimidos.

13.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o preço unitário e o total em algarismos e o valor global da proposta em algarismos e por extenso:

13.3.1. Existindo discrepância entre o preço unitário e total, resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá;

13.3.2. No caso de divergência entre o valor numérico e o expresso por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso;

13.3.3. Fica estabelecido que havendo divergência de preços unitários para um mesmo produto, prevalecerá o de menor valor.

13.4. A proposta obedecerá aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado.

13.6. No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens; inclusive a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13.7. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção ao Contratado:

13.7.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

13.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de seu encaminhamento.

14.0. DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165, da Lei 14.133/21.

14.2. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, que no presente certame será de 30 (trinta) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

14.4. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.5. As razões do recurso deverão ser apresentadas, exclusivamente, da seguinte forma:

14.5.1.Em campo próprio do sistema eletrônico.

14.6.O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com a sua manifestação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.7.Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.8.O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.9.O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.10.O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.11.Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no seguinte sítio: www.portaldecompraspublicas.com.br.

15.0.DA HOMOLOGAÇÃO

15.1.Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

15.1.1.Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

15.1.2.Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

15.1.3.Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

15.2.4.Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16.0.DO CONTRATO

16.1.Após a homologação pela autoridade superior do ORC, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos da data de recebimento da notificação, e nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, assinar o respectivo contrato, podendo o mesmo sofrer alterações nos termos definidos pela Lei 14.133/21:

16.1.1.O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração;

16.1.2.A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor ORC:

16.1.2.1.A regra do subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma estabelecida neste dispositivo;

16.1.3.Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste Edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

16.2.Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a Ata de Registro de Preços ou a contratação, ou instrumento hábil, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21, e em outras legislações aplicáveis.

16.3.Na assinatura do contrato será exigida a comprovação de todas as condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo Contratado durante a vigência do referido contrato.

16.4.O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21; e o fornecimento realizado de forma parcelada.

16.5.Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal,

do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

17.0.DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1.Formalização e Cadastro de Reserva:

17.1.1.Após a homologação do certame, serão registrados na Ata de Registro de Preços, os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado o disposto neste Edital; e será incluído na referida ata, na forma de anexo, o registro:

17.1.1.1.Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

17.1.1.2.Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

17.1.2.Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados:

17.1.2.1.A apresentação de novas propostas na forma deste subitem não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado;

17.1.2.2.Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

17.1.3.A habilitação dos licitantes que comporão o Cadastro de Reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

17.1.3.1.Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos neste Edital; ou

17.1.3.2.Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas neste Edital.

17.1.4.Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista neste Edital, poderá:

17.1.4.1.Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

17.1.4.2.Adjudicar e firmar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17.2.Assinatura:

17.2.1.Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/21.

17.2.2.O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado convocado, desde que:

17.2.2.1.A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

17.2.2.2.A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

17.2.3.Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência - Anexo I deste instrumento, devidamente homologados, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do correspondente item, a respectiva quantidade, preço registrado e demais condições.

17.2.4.O preço registrado, com a indicação do fornecedor, será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

17.2.5.A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

17.2.6.Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

17.3.Vigência:

17.3.1.0 prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

17.3.2.0 prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: até o final do exercício financeiro de 2025, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

17.4.Vedação a acréscimos de quantitativos:

17.4.1.É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

17.5.Controle e gerenciamento:

17.5.1.0 controle e o gerenciamento das Atas de Registro de Preços serão realizados por meio de procedimentos de gestão de atas, quanto a:

17.5.1.1.Os quantitativos e os saldos; e

17.5.1.2.As solicitações de adesão.

17.6.Alteração ou atualização dos preços registrados:

17.6.1.Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do bem registrado, nas seguintes situações:

17.6.1.1.Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

17.6.1.2.Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21; ou

17.6.1.3.Na hipótese de reajustamento sobre os preços registrados, prevista neste instrumento, nos termos do disposto na Lei 14.133/21.

17.7.Negociação de preços registrados:

17.7.1.Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado:

17.7.1.1.Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas;

17.7.1.2.Na hipótese prevista no subitem anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto neste instrumento;

17.7.1.3.Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do disposto neste instrumento, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa;

17.7.1.4.Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto neste instrumento.

17.7.2.Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso:

17.7.2.1.Para fins do disposto no subitem anterior, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas. Na hipótese de

comprovação dessa ocorrência, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado;

17.7.2.2.Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto neste instrumento, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21, e na legislação aplicável;

17.7.2.3.Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto neste instrumento;

17.7.2.4.Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do disposto neste instrumento, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa;

17.7.2.5.O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto neste instrumento.

18.0.DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DO PREÇO REGISTRADO

18.1.Cancelamento do registro do fornecedor:

18.1.1.O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador, quando o fornecedor:

18.1.1.1.Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

18.1.1.2.Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

18.1.1.3.Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista neste instrumento; ou

18.1.1.4.Sofrer sanção prevista nos Incisos III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei 14.133/21. Nessa hipótese, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

18.1.2.O cancelamento do registro nas hipóteses previstas neste item será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

18.1.3.Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

18.2.Cancelamento dos preços registrados:

18.2.1.O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

18.2.1.1.Por razão de interesse público;

18.2.1.2.A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

18.2.1.3.Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto neste instrumento.

19.0.DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

19.1.Formalização:

19.1.1.A contratação com o fornecedor registrado na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento hábil, na forma definida neste Edital, conforme as disposições constantes do Art. 95, da Lei 14.133/21.

19.1.2.O instrumento de que trata o subitem anterior, será assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

19.2.Alteração do contrato:

19.2.1.O contrato eventualmente decorrente da ata poderá ser alterado, observado o disposto no Art. 124, da Lei 14.133/21.

19.3.Vigência do contrato:

19.3.1.A vigência do respectivo contrato será a estabelecida neste Edital, observadas as disposições do Art. 105, da Lei 14.133/21.

20.0.DO GERENCIAMENTO DO SISTEMA

20.1.Competências:

20.1.1.A administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços, decorrentes do presente certame, serão do ORC, através do Departamento de Compras, atuando como órgão gerenciador do sistema de registro de preços, ao qual compete, em especial:

20.1.1.1.Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

20.1.1.2.Conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados; e

20.1.1.3.Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento deste certame.

21.0.DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE PARTICIPANTE

21.1.Competências:

21.1.1.O órgão ou a entidade participante é responsável por manifestar seu interesse em participar do registro de preços, ao qual compete, em especial:

21.1.1.1.Tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;

21.1.1.2.Assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;

21.1.1.3.Zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou de obrigações contratuais; e

21.1.1.4.Prestar as informações solicitadas pelo órgão gerenciador do sistema de registro de preços quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou à sua entidade.

22.0.DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1.A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada:

22.1.1.Pelo ORC, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle da Ata de Registro de Preços, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

22.1.2.Por órgãos ou entidades da Administração Pública não participantes do presente certame, atendidos os requisitos deste instrumento convocatório, que fizerem adesão à Ata de Registro de Preços, mediante a anuência do órgão gerenciador.

22.2.O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

23.0.DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADE NÃO PARTICIPANTE

23.1.Regra geral:

23.1.1.Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de Intenção de Registro de Preços IRP, poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

23.1.1.1.Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

23.1.1.2.Demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no Art. 23, da Lei 14.133/21; e

23.1.1.3.Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

23.1.2.A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

23.1.3.Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetuará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

23.1.4.0 prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

23.1.5.0 órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos neste instrumento.

23.1.6.A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida:

23.1.6.1.Por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou

23.1.6.2.Por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação.

23.1.7.É vedada aos órgãos e às entidades da Administração Pública federal a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal.

23.2.Limites para as adesões:

23.2.1.Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à Ata de Registro de Preços de que trata este instrumento:

23.2.1.1.As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador; e

23.2.1.2.O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à Ata de Registro de Preços.

24.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

24.2.1.Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

24.2.2.Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

24.2.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

24.2.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

24.2.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

24.2.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

24.2.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

24.2.8.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

24.2.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

25.0.DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

25.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

25.2.Serão designados pelo ORC representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do respectivo contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

26.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

26.1.Obrigações do Contratante:

26.1.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;

26.1.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;

26.1.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;

26.1.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

26.2.Obrigações do Contratado:

26.2.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

26.2.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento;

26.2.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;

26.2.4.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

26.2.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e conseqüentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação;

26.2.6.Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;

26.2.7.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

27.0.DO PAGAMENTO

27.1.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

27.2.O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

27.3.Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

27.4.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da

parcela a ser paga; e $I = \text{índice de compensação financeira, assim apurado: } I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

28.0.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

28.1.O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

28.2.Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

29.0.DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

29.1.As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste certame ou do termo de ajuste que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

29.2.Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

29.3.É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

29.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

30.0.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1.Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

30.2.Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

30.3.Todas as referências de tempo no Edital, nos seus anexos, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

30.4.A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

30.5.As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do ORC, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

30.6.Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o ORC não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

30.7.Para todos os efeitos, na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no ORC.

30.8.O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

30.9.Em caso de divergência entre disposições do Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do Edital.

30.10.O Edital e seus anexos também estão disponibilizados na íntegra no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br; no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP; e poderão ser lidos, e quando for o caso obtidos, mediante processo regular e observados os procedimentos definidos pelo ORC, no endereço: R: Sao Jose, 472 – Centro – Areial – PB, nos horários normais de expediente: das 08:00 as 12:00 horas; mesmo endereço e horário nos quais os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

30.11.Para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste certame, excluído qualquer outro, o foro competente é o da Esperança, Estado da Paraíba.

Areial - PB, 13 de Março de 2025.

SAIONARA LUCENA SILVA
Pregoeira Oficial



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIAL
SETOR DE CONTRATAÇÃO

ANEXO I - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2025

TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto desta licitação: AQUISIÇÃO DE MEICAMENTOS DA ATENÇÃO BASICA DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

2.0.DA JUSTIFICATIVA

2.1.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de compra para suprir demanda específica – AQUISIÇÃO DE MEICAMENTOS DA ATENÇÃO BASICA DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

2.2.As características e especificações do objeto ora licitado são:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	ACETATO DE BETAMETASONA + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 3 MG/ML + 3 MG/ML SUSPENSÃO INJETÁVEL	UND	2000	8,66	17.320,00
2	ACETATO DE HIDROCORTISONA 10 MG/G (1%) CREME 1000	UND	1000	7,56	7.560,00
3	ACETILCISTEINA 20MG/ML	UND	800	4,56	3.648,00
4	ACICLOVIR 200MG COMPRIMIDO.	UND	1500	0,35	525,00
5	ACICLOVIR 50MG/G CREME.	UND	400	2,84	1.136,00
6	ACIDO ACÉTILSALICÍLICO 100 MG	UND	36000	0,03	1.080,00
7	ÁCIDO ASCÓRBICO 100 MG/ML	UND	1000	0,94	940,00
8	ACIDO FÓLICO 5 MG	UND	21000	0,04	840,00
9	ÁCIDO TRANEXÂMICO 250 MG	UND	9000	1,25	11.250,00
10	ÁCIDO TRANEXÂMICO 50 MG/ML	UND	1000	5,27	5.270,00
11	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG	UND	18000	0,48	8.640,00
12	ÁCIDO VALPRÓICO 500MG	UND	16000	0,81	12.960,00
13	ADRENALINA 1 MG	UND	600	1,31	786,00
14	ÁGUA P/ INJEÇÃO 10ML	UND	6000	0,31	1.860,00
15	ALBENDAZOL 40 MG/ML (SOLUÇÃO ORAL) FRASCO 10ML	UND	600	1,23	738,00
16	ALBENDAZOL 400 MG	UND	2500	0,43	1.075,00
17	ALENDRONATO DE SÓDIO 70 MG	UND	1200	0,23	276,00

18	ALPRAZOLAM 0,25MG	UND	9000	0,17	1.530,00
19	ALPRAZOLAM 0,5MG	UND	9000	0,06	540,00
20	ALPRAZOLAM 1MG	UND	15000	0,07	1.050,00
21	ALPRAZOLAM 2MG	UND	18000	0,10	1.800,00
22	AMINOFILINA 240 MG/10 ML	UND	500	5,67	2.835,00
23	AMIODORONA 150 MG/3 ML	UND	500	3,00	1.500,00
24	AMOXICILINA 250 MG/ML (SUSP.) FRASCO 60ML	UND	1500	3,90	5.850,00
25	AMOXICILINA 500 MG	UND	24000	0,25	6.000,00
26	AMOXICILINA/CLAVULANATO DE POTÁSSIO 250+6,25MG/5ML (SUSP) FRASCO 75ML	UND	1500	14,92	22.380,00
27	AMOXICILINA+CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500 MG+12,5MG	UND	1000	2,19	2.190,00
28	AMPICILINA 500 MG	UND	3000	0,48	1.440,00
29	ATENOLOL 25 MG	UND	36000	0,04	1.440,00
30	AZITROMICINA DIHIDRATADA 500 MG	UND	12000	0,85	10.200,00
31	AZITROMICINA DIHIDRATADA PÓ. 40 MG/ML (SUSP.) FRASCO 15ML	UND	2500	7,25	18.125,00
32	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200UI	UND	1500	6,45	9.675,00
33	BENZILPENICILINA BENZATINA 6000 UI	UND	400	6,88	2.752,00
34	BENZOILMETRONIDAZOL 40MG/ML (SUSP) FRASCO 80ML	UND	400	6,74	2.696,00
35	BESILATO DE ANLODIPINO 10 MG	UND	10000	0,05	500,00
36	BESILATO DE ANLODIPINO 5 MG	UND	20000	0,04	800,00
37	BROMAZEPAM 3MG	UND	12000	0,09	1.080,00
38	BROMAZEPAM 6MG	UND	12000	0,18	2.160,00
39	BROMETO DE IPATRÓPIO 0,25% FRASCO 20ML	UND	1000	1,19	1.190,00
40	BROMOPRIMA 4MG/ML (GOTAS) FRASCO 20ML	UND	600	3,37	2.022,00
41	BUDESONIDA 32MCG	UND	2000	12,54	25.080,00
42	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20 MG/ML	UND	1200	1,08	1.296,00
43	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 6,67 MG/ML+DIPIRONA333,4 MG/ML	UND	1200	1,38	1.656,00
44	BUTILBROMETO DE ESCOPOLOAMINA+DIPIRONA 10 MG+250 MG	UND	4800	0,29	1.392,00
45	BUTILBROMETO DE ESCOPOLOAMINA+DIPIRONA 6,67 MG+333,4 MG/ML FRASCO 20ML	UND	800	6,25	5.000,00
46	CAPTOPRIL 25 MG	UND	90000	0,03	2.700,00
47	CAPTOPRIL 50 MG	UND	14400	0,06	864,00
48	CARBAMAZEPINA 200MG	UND	30000	0,21	6.300,00
49	CARBAMAZEPINA SOLUÇÃO ORAL 20MG/ML	UND	500	7,88	3.940,00
50	CARBONATO DE LÍTIO 300MG	UND	20000	0,61	12.200,00
51	CARVEDILOL 12,5 MG	UND	9000	0,08	720,00
52	CARVEDILOL 25 MG	UND	10000	0,13	1.300,00
53	CARVEDILOL 3,125 MG	UND	8640	0,08	691,20
54	CARVEDILOL 6,25 MG	UND	8640	0,09	777,60

55	CEFALEXINA 250 MG (SUSP.) FRASCO 60ML	UND	1000	7,50	7.500,00
56	CEFALEXINA 500 MG	UND	8000	0,78	6.240,00
57	CEFTRIAXONA 1 G PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL IM	UND	2000	4,75	9.500,00
58	CEFTRIAXONA 500MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL IM	UND	2000	10,79	21.580,00
59	CETOCONAZOL 200 MG	UND	2000	0,21	420,00
60	CETOCONAZOL 30 MG (CREME)	UND	600	3,12	1.872,00
61	CIPROFIBRATO 100 MG	UND	20000	0,45	9.000,00
62	CLINDAMICINA 300MG	UND	9000	1,42	12.780,00
63	CLONAZEPAN 0,5MG	UND	27000	0,06	1.620,00
64	CLONAZEPAN 2 MG	UND	30000	0,05	1.500,00
65	CLOPIDOGREL 75MG	UND	10000	0,41	4.100,00
66	CLORETO DE SÓDIO NASAL 0,9%	UND	2000	1,06	2.120,00
67	CLORETRATO DE METOCLOPRAMIDA 40 MG/ML (GOTAS) FRASCO 10ML	UND	300	1,79	537,00
68	CLORIDRATO AMIODARONA 200 MG	UND	3000	0,46	1.380,00
69	CLORIDRATO DE AMANTADINA 100MG	UND	20000	1,11	22.200,00
70	CLORIDRATO DE AMBROXOL ADULTO 6 MG/ML (S/ AÇÚCAR) FRASCO 100ML	UND	900	2,90	2.610,00
71	CLORIDRATO DE AMBROXOL INFANTIL 3 MG/ML FRASCO 100ML	UND	900	2,38	2.142,00
72	CLORIDRATO DE AMIODARONA 100 MG	UND	1200	0,05	60,00
73	CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA 25MG	UND	36000	0,04	1.440,00
74	CLORIDRATO DE BIPERIDENO 2 MG	UND	18000	0,34	6.120,00
75	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 500 MG	UND	12000	0,23	2.760,00
76	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 100MG	UND	16000	0,31	4.960,00
77	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 25MG	UND	20000	0,31	6.200,00
78	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA GOTAS	UND	300	9,23	2.769,00
79	CLORIDRATO DE FLUOXETINA 20 MG	UND	36000	0,09	3.240,00
80	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 20 MG/G (2%)	UND	600	4,67	2.802,00
81	CLORIDRATO DE METFORMINA 850 MG	UND	45000	0,13	5.850,00
82	CLORIDRATO DE METFORMINA 500 MG	UND	50000	0,14	7.000,00
83	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 10 MG	UND	4000	0,08	320,00
84	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML	UND	1200	0,79	948,00
85	CLORIDRATO DE MOXIFLOXACINO 400 MG COMPRIMIDO	UND	5000	5,31	26.550,00
86	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 25MG	UND	24000	0,56	13.440,00
87	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 50MG	UND	24000	1,24	29.760,00
88	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 75MG	UND	24000	2,15	51.600,00
89	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 8MG	UND	10000	0,42	4.200,00
90	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25 MG/ML	UND	2000	3,65	7.300,00
91	CLORIDRATO DE SERTRALINA 50 MG	UND	30000	0,14	4.200,00
92	CLORITRADO DE PROMETAZINA 25 MG	UND	32000	0,18	5.760,00
93	CLORITRADO DE PROPRANOLOL 40 MG	UND	18000	0,04	720,00

94	CLORITRATO DE TETRACICLINA 500 MG	UND	4500	3,83	17.235,00
95	COLAGENASE 0,6 U/G + CLORANFENICOL 0,01 G	UND	500	13,75	6.875,00
96	COMPLEXO B	UND	6000	0,04	240,00
97	COMPLEXO B 2 ML	UND	1200	1,06	1.272,00
98	COMPLEXO B SOLUÇÃO ORAL	UND	500	3,50	1.750,00
99	DECANATO HALOPERIDOL 70,52MG SOLUÇÃO INJETÁVEL	UND	200	6,87	1.374,00
100	DEXAMETASONA 0,1% CREME DERMATOLÓGICO	UND	900	2,21	1.989,00
101	DEXAMETASONA 1 MG/ML (0,1%) SUSPENSÃO OFTÁLMICA	UND	200	10,60	2.120,00
102	DEXAMETASONA 4MG COMPRIMIDO	UND	5000	0,24	1.200,00
103	DEXAMETAZONA 0,1 MG ELIXIR FRASCO 100ML	UND	600	2,25	1.350,00
104	DIAZEPAM SOLUÇÃO INJETÁVEL 5MG/ML	UND	200	0,91	182,00
105	DIAZEPAN 10 MG	UND	48000	0,05	2.400,00
106	DIAZEPAN 5 MG	UND	20000	0,05	1.000,00
107	DICLOFENACO DE POTÁSSIO 50 MG	UND	3000	0,08	240,00
108	DICLOFENACO DE SÓDIO 50 MG	UND	3000	0,05	150,00
109	DICLOFENACO SÓDIO 75 MG/3 ML	UND	1200	0,88	1.056,00
110	DIGOXINA 0,25 MG	UND	8000	0,18	1.440,00
111	DIPIRONA SÓDICA 500 MG	UND	36000	0,13	4.680,00
112	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML	UND	1200	0,91	1.092,00
113	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML GOTAS FRASCO 10ML	UND	2600	1,19	3.094,00
114	ESPIRONOLACTONA 100 MG	UND	10000	0,81	8.100,00
115	ESCITALOPRAM 10 MG	UND	10000	0,12	1.200,00
116	FENITOÍNA 100 MG	UND	8000	0,11	880,00
117	FENOBARBITAL 100 MG	UND	32000	0,13	4.160,00
118	FENOBARBITAL 40MG/ML 20ML	UND	720	5,33	3.837,60
119	FLUCONAZOL 150 MG	UND	1800	0,55	990,00
120	FOSFATO DE SÓDICO DE DEXAMETASONA 2 MG/ML	UND	1500	0,92	1.380,00
121	FOSFATO DE SÓDICO DE DEXAMETASONA 4 MG/ML	UND	1500	1,13	1.695,00
122	FUROSEMIDA 10 MG/ML	UND	1000	0,88	880,00
123	FUROSEMIDA 40 MG	UND	21000	0,08	1.680,00
124	GENTAMICINA 40 MG/ML	UND	1000	1,30	1.300,00
125	GLIBENCLAMIDA 5 MG	UND	70000	0,03	2.100,00
126	GLICOSE 50 %	UND	1500	0,61	915,00
127	HALOPERIDOL 1 MG	UND	20000	0,15	3.000,00
128	HALOPERIDOL 2MG/ML (SOLUÇÃO ORAL)	UND	220	6,79	1.493,80
129	HALOPERIDOL 5 MG	UND	36000	0,16	5.760,00
130	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 100MG	UND	20000	0,46	9.200,00
131	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 25MG	UND	25000	0,16	4.000,00
132	HEPARINA SÓDICA 5000 UI/ML	UND	1000	23,40	23.400,00
133	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	UND	90000	0,03	2.700,00
134	HIDROCORTISONA 100MG/ML	UND	1000	3,78	3.780,00
135	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO+HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO 6%+4% FRASCO 100ML	UND	500	3,00	1.500,00
136	IBUPROFENO 300 MG	UND	8000	0,11	880,00

137	IBUPROFENO 100 MG/ML GOTAS FRASCO 30ML	UND	600	3,11	1.866,00
138	IBUPROFENO 600 MG	UND	15000	0,22	3.300,00
139	IVERMECTINA 6 MG	UND	12000	0,25	3.000,00
140	LACTULOSE 667MG/ML	UND	1000	5,06	5.060,00
141	LEVODOPA+CLORIDRATO DE BENSERAZIDA 200/50	UND	4800	3,50	16.800,00
142	LEVOFLOXACINO 500 MG	UND	10000	1,23	12.300,00
143	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MG	UND	5000	0,31	1.550,00
144	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MG	UND	5000	0,34	1.700,00
145	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MG	UND	5000	0,35	1.750,00
146	LEVOTIROXINA SODICA 75MG	UND	5000	0,41	2.050,00
147	LORATADINA 1 MG/15 ML XAROPE FRASCO 100ML	UND	900	3,75	3.375,00
148	LORATADINA 10 MG	UND	10000	0,10	1.000,00
149	LORAZEPAN 2 MG	UND	12000	0,12	1.440,00
150	LOSARTANA POTASSICA 100 MG	UND	15000	0,42	6.300,00
151	LOSARTANA POTASSICA 50 MG	UND	90000	0,05	4.500,00
152	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 0,4 MG/ML (XAROPE) FRASCO 100ML	UND	1500	2,00	3.000,00
153	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2 MG	UND	6000	0,08	480,00
154	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2MG/5ML+ BETAMETASONA 0,25MG/5ML	UND	800	4,22	3.376,00
155	MALEATO DE ENALAPRIL 10 MG	UND	36000	0,05	1.800,00
156	MALEATO DE ENALAPRIL 20 MG	UND	40000	0,08	3.200,00
157	MALEATO DE ENALAPRIL 5 MG	UND	20000	0,05	1.000,00
158	MALEATO LEVOMEPRIMAZINA 100 MG	UND	10000	0,70	7.000,00
159	MALEATO LEVOMEPRIMAZINA 25 MG	UND	10000	0,39	3.900,00
160	MALEATO LEVOMEPRIMAZINA 40MG/ML 4%	UND	420	12,15	5.103,00
161	MEBENDAZOL 100 MG	UND	1200	0,23	276,00
162	MEBENDAZOL 20 MG/ML FRASCO 30ML	UND	300	1,82	546,00
163	METILDOPA 250 MG	UND	9000	0,36	3.240,00
164	METILDOPA 500 MG	UND	4000	0,75	3.000,00
165	METILPREDNISOLONA 500 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	UND	500	16,25	8.125,00
166	METRONIDAZOL 100 MG/G CREME VAGINAL	UND	300	7,43	2.229,00
167	METRONIDAZOL 250 MG	UND	3000	0,20	600,00
168	NEOMICINA+BACTRACINA 10 G POMADA	UND	900	2,33	2.097,00
169	NIFEDIPINO 10 MG	UND	6000	0,12	720,00
170	NIFEDIPINO 20 MG	UND	6000	0,15	900,00
171	NIMESULIDA 100 MG	UND	26000	0,08	2.080,00
172	NIMESULIDA GOTAS 50 MG/ML GOTAS FRASCO 15ML	UND	240	1,69	405,60
173	NISTATINA 25 000UI/4G/50G CREME VAGINAL	UND	400	6,25	2.500,00
174	NISTATINA 50 ML/100 000 UI /ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 50ML	UND	300	5,13	1.539,00
175	NITRATO DE MICONAZOL 20 MG/G CREME DERMATOLÓGICO	UND	400	2,50	1.000,00

176	NITRATO DE MICONAZOL 20 MG/G CREME VAGINAL	UND	300	9,10	2.730,00
177	NITROFURANTOÍNA 100MG COMPRIMIDO	UND	12000	0,30	3.600,00
178	NORFLOXACINO 400MG COMPRIMIDOS	UND	10000	0,53	5.300,00
179	OMEPRAZOL 20 MG	UND	54000	0,06	3.240,00
180	OMEPRAZOL 40MG/ML	UND	1000	11,70	11.700,00
181	ONDASENTRONA 4MG/ML	UND	600	1,13	678,00
182	OXIDO DE ZINCO 25% (PASTA D'ÁGUA)	UND	100	6,06	606,00
183	PARACETAMOL 200 MG GOTAS FRASCO 10ML	UND	2000	1,13	2.260,00
184	PARACETAMOL 500 MG	UND	18000	0,12	2.160,00
185	PIROXICAM 20 MG	UND	6000	0,30	1.800,00
186	PREDINISONA 3 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100ML	UND	1500	8,99	13.485,00
187	PREDSONA 5 MG	UND	8000	0,06	480,00
188	PREDSONA 20 MG	UND	8000	0,21	1.680,00
189	PREGABALINA 75MG	UND	12000	0,28	3.360,00
190	PROPATILNITRATO 10 MG	UND	12000	0,65	7.800,00
191	RISPERIDONA 1 MG/ML FRASCO 30ML	UND	1800	9,30	16.740,00
192	RISPERIDONA 1MG	UND	18000	0,13	2.340,00
193	RISPERIDONA 2MG	UND	30000	0,12	3.600,00
194	RISPERIDONA 3MG	UND	18000	0,23	4.140,00
195	SACCHAROMYCES BOULARDII 250MG PÓ	UND	5000	1,69	8.450,00
196	SAIS DE REIDRATAÇÃO ORAL	UND	1500	1,09	1.635,00
197	SECNIDAZOL 1000 MG	UND	4800	1,23	5.904,00
198	SIMETICONA GOTAS 75 MG FRASCO 10ML	UND	900	1,47	1.323,00
199	SINVASTANTINA 20 MG	UND	48000	0,08	3.840,00
200	SINVASTANTINA 40 MG	UND	25000	0,18	4.500,00
201	SORO FISIOLÓGICO 100ML FRASCOS	UND	5000	3,75	18.750,00
202	SUCCINATO DE METOPROLOL 100MG	UND	24000	1,34	32.160,00
203	SUCCINATO DE METOPROLOL 25MG	UND	24000	1,06	25.440,00
204	SUCCINATO DE METOPROLOL 50MG	UND	24000	0,78	18.720,00
205	SULFAMETROXAZOL+TRIMETOPRIMA 400 MG/80 MG	UND	9000	0,20	1.800,00
206	SULFAMETROXAZOL+TRIMETOPRIMA 40MG/8 MG/ML SUSPENSÃO FRASCO 50ML	UND	1000	4,05	4.050,00
207	SULFATIAZINA DE PRATA 1% CREME	UND	400	4,86	1.944,00
208	SULFATO DE ATROPINA 0,25 MG	UND	1000	1,04	1.040,00
209	SULFATO DE SALBUTAMOL 0,4 MG/ML XAROPE FRASCO 120ML	UND	600	1,71	1.026,00
210	SULFATO DE SALBUTAMOL SPRAY 100MCG/DOSE	UND	600	14,85	8.910,00
211	SULFATO DE ZINCO 5MG/ML	UND	500	10,50	5.250,00
212	SULFATO FERROSO 25 MG/ML (SOL.ORAL) FRASCO 100ML	UND	600	3,24	1.944,00
213	SULFATO FERROSO 40 MG	UND	24000	0,04	960,00
214	TOPIRAMATO 100MG	UND	24000	0,38	9.120,00
215	TOPIRAMATO 25MG	UND	24000	0,17	4.080,00
216	TOPIRAMATO 50MG	UND	24000	0,20	4.800,00
217	TRAVOPROSTA 0,04 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA (FRASCO COM 2,5 ML)	UND	150	11,25	1.687,50

218	VALPROATO DE SÓDIO 250 MG/5 ML	UND	600	5,67	3.402,00
219	VENLAFAXINA 75MG	UND	8000	0,72	5.760,00
220	VENLAFAXINA 150MG	UND	8000	0,89	7.120,00
221	VERAPAMIL 80 MG	UND	6000	0,19	1.140,00
222	VITAMINA C 100MG/ML FRASCO 20ML	UND	1000	1,32	1.320,00
223	VITAMINA C 500MG	UND	30000	0,13	3.900,00
				TOTAL	1.072.028,30

3.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

3.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

3.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

3.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

4.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

4.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

4.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

4.4.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

4.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e conseqüentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação.

4.6.Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

4.7.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

5.0.DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

5.1.O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão do Pedido de Compra:

Entrega: 5 (cinco) dias.

5.2.Salvo disposições em contrário devidamente estabelecidas neste instrumento, o local para a entrega, observada a demanda e oportunidade, será na sede do Contratante ou em uma das unidades administrativas, por ele indicada, que compõe a sua estrutura operacional.

5.3.O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: até o final do exercício financeiro de 2025, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

6.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

6.2.1.Os preços contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano.

6.2.2.Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no

IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.2.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.2.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.2.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.2.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.2.8.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

6.2.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

7.0.DO PAGAMENTO

7.1.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

7.2.O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

7.3.Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

8.0.DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

9.0.DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

9.1.Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de pertinentes a essas atribuições.

9.2.A administração e os demais atos de controle da correspondente Ata de Registro de Preços, decorrente do competente processo licitatório, serão realizados através do Departamento de Compras, atuando como Gerenciador do Sistema de Registro de Preços.

9.3.Caberá ao gerenciador a realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação de vantajosidade, acompanhando os preços praticados para os respectivos itens registrados, nas mesmas condições ofertadas, para fins de controle e, conforme o caso, fixação do valor máximo a ser pago para a correspondente contratação.

10.0.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1.O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo

diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

10.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

11.0.DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

11.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.0.DO MODELO DE PROPOSTA

12.1. É parte integrante deste Termo de Referência o modelo de proposta correspondente, podendo o licitante utilizá-lo como referência - Anexo 01.

SAIONARA LUCENA SILVA
Pregoeira Oficial



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIAL
SETOR DE CONTRATAÇÃO

ANEXO 01 AO TERMO DE REFERÊNCIA - PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2025

PROPOSTA

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2025
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIAL - PB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEICAMENTOS DA ATENÇÃO BASICA DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

PROPONENTE:
CNPJ:

Prezados Senhores,

Nos termos da licitação em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	MARCA/MODELO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	ACETATO DE BETAMETASONA + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 3 MG/ML + 3 MG/ML SUSPENSÃO INJETÁVEL		UND	2000		
2	ACETATO DE HIDROCORTISONA 10 MG/G (1%) CREME 1000		UND	1000		
3	ACETILCISTEINA 20MG/ML		UND	800		
4	ACICLOVIR 200MG COMPRIMIDO.		UND	1500		
5	ACICLOVIR 50MG/G CREME.		UND	400		
6	ACIDO ACÉTILSALICÍLICO 100 MG		UND	36000		
7	ÁCIDO ASCÓRBICO 100 MG/ML		UND	1000		
8	ACIDO FÓLICO 5 MG		UND	21000		
9	ÁCIDO TRANEXÂMICO 250 MG		UND	9000		
10	ÁCIDO TRANEXÂMICO 50 MG/ML		UND	1000		
11	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG		UND	18000		
12	ÁCIDO VALPRÓICO 500MG		UND	16000		
13	ADRENALINA 1 MG		UND	600		
14	ÁGUA P/ INJEÇÃO 10ML		UND	6000		
15	ALBENDAZOL 40 MG/ML (SOLUÇÃO ORAL) FRASCO 10ML		UND	600		
16	ALBENDAZOL 400 MG		UND	2500		
17	ALENDRONATO DE SÓDIO 70 MG		UND	1200		
18	ALPRAZOLAM 0,25MG		UND	9000		
19	ALPRAZOLAM 0,5MG		UND	9000		
20	ALPRAZOLAM 1MG		UND	15000		
21	ALPRAZOLAM 2MG		UND	18000		
22	AMINOFILINA 240 MG/10 ML		UND	500		

23	AMIODORONA 150 MG/3 ML	UND	500		
24	AMOXICILINA 250 MG/ML (SUSP.) FRASCO 60ML	UND	1500		
25	AMOXICILINA 500 MG	UND	24000		
26	AMOXICILINA/CLAVULANATO DE POTÁSSIO 250+6,25MG/5ML (SUSP) FRASCO 75ML	UND	1500		
27	AMOXICILINA+CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500 MG+12,5MG	UND	1000		
28	AMPICILINA 500 MG	UND	3000		
29	ATENOLOL 25 MG	UND	36000		
30	AZITROMICINA DIHIDRATADA 500 MG	UND	12000		
31	AZITROMICINA DIHIDRATADA PÓ. 40 MG/ML (SUSP.) FRASCO 15ML	UND	2500		
32	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200UI	UND	1500		
33	BENZILPENICILINA BENZATINA 6000 UI	UND	400		
34	BENZOILMETRONIDAZOL 40MG/ML (SUSP) FRASCO 80ML	UND	400		
35	BESILATO DE ANLODIPINO 10 MG	UND	10000		
36	BESILATO DE ANLODIPINO 5 MG	UND	20000		
37	BROMAZEPAM 3MG	UND	12000		
38	BROMAZEPAM 6MG	UND	12000		
39	BROMETO DE IPATRÓPIO 0,25% FRASCO 20ML	UND	1000		
40	BROMOPRIMA 4MG/ML (GOTAS) FRASCO 20ML	UND	600		
41	BUDESONIDA 32MCG	UND	2000		
42	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20 MG/ML	UND	1200		
43	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 6,67 MG/ML+DIPIRONA333,4 MG/ML	UND	1200		
44	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA+DIPIRONA 10 MG+250 MG	UND	4800		
45	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA+DIPIRONA 6,67 MG+333,4 MG/ML FRASCO 20ML	UND	800		
46	CAPTOPRIL 25 MG	UND	90000		
47	CAPTOPRIL 50 MG	UND	14400		
48	CARBAMAZEPINA 200MG	UND	30000		
49	CARBAMAZEPINA SOLUÇÃO ORAL 20MG/ML	UND	500		
50	CARBONATO DE LÍCIO 300MG	UND	20000		
51	CARVEDILOL 12,5 MG	UND	9000		
52	CARVEDILOL 25 MG	UND	10000		
53	CARVEDILOL 3,125 MG	UND	8640		
54	CARVEDILOL 6,25 MG	UND	8640		
55	CEFALEXINA 250 MG (SUSP.) FRASCO 60ML	UND	1000		
56	CEFALEXINA 500 MG	UND	8000		
57	CEFTRIAXONA 1 G PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL IM	UND	2000		
58	CEFTRIAXONA 500MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL IM	UND	2000		
59	CETOCONAZOL 200 MG	UND	2000		
60	CETOCONAZOL 30 MG (CREME)	UND	600		
61	CIPROFIBRATO 100 MG	UND	20000		
62	CLINDAMICINA 300MG	UND	9000		
63	CLONAZEPAN 0,5MG	UND	27000		
64	CLONAZEPAN 2 MG	UND	30000		
65	CLOPIDOGREL 75MG	UND	10000		
66	CLORETO DE SÓDIO NASAL 0,9%	UND	2000		
67	CLORETRATO DE METOCLOPRAMIDA 40 MG/ML (GOTAS) FRASCO 10ML	UND	300		

68	CLORIDRATO AMIODARONA 200 MG	UND	3000		
69	CLORIDRATO DE AMANTADINA 100MG	UND	20000		
70	CLORIDRATO DE AMBROXOL ADULTO 6 MG/ML (S/ AÇÚCAR) FRASCO 100ML	UND	900		
71	CLORIDRATO DE AMBROXOL INFANTIL 3 MG/ML FRASCO 100ML	UND	900		
72	CLORIDRATO DE AMIODARONA 100 MG	UND	1200		
73	CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA 25MG	UND	36000		
74	CLORIDRATO DE BIPERIDENO 2 MG	UND	18000		
75	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 500 MG	UND	12000		
76	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 100MG	UND	16000		
77	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 25MG	UND	20000		
78	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA GOTAS	UND	300		
79	CLORIDRATO DE FLUOXETINA 20 MG	UND	36000		
80	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 20 MG/G (2%)	UND	600		
81	CLORIDRATO DE METFORMINA 850 MG	UND	45000		
82	CLORIDRATO DE METFORMINA 500 MG	UND	50000		
83	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 10 MG	UND	4000		
84	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML	UND	1200		
85	CLORIDRATO DE MOXIFLOXACINO 400 MG COMPRIMIDO	UND	5000		
86	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 25MG	UND	24000		
87	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 50MG	UND	24000		
88	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 75MG	UND	24000		
89	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 8MG	UND	10000		
90	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25 MG/ML	UND	2000		
91	CLORIDRATO DE SERTRALINA 50 MG	UND	30000		
92	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25 MG	UND	32000		
93	CLORIDRATO DE PROPRANOLOL 40 MG	UND	18000		
94	CLORIDRATO DE TETRACICLINA 500 MG	UND	4500		
95	COLAGENASE 0,6 U/G + CLORANFENICOL 0,01 G	UND	500		
96	COMPLEXO B	UND	6000		
97	COMPLEXO B 2 ML	UND	1200		
98	COMPLEXO B SOLUÇÃO ORAL	UND	500		
99	DECANATO HALOPERIDOL 70,52MG SOLUÇÃO INJETÁVEL	UND	200		
100	DEXAMETASONA 0,1% CREME DERMATOLÓGICO	UND	900		
101	DEXAMETASONA 1 MG/ML (0,1%) SUSPENSÃO OFTÁLMICA	UND	200		
102	DEXAMETASONA 4MG COMPRIMIDO	UND	5000		
103	DEXAMETAZONA 0,1 MG ELIXIR FRASCO 100ML	UND	600		
104	DIAZEPAM SOLUÇÃO INJETÁVEL 5MG/ML	UND	200		
105	DIAZEPAN 10 MG	UND	48000		
106	DIAZEPAN 5 MG	UND	20000		
107	DICLOFENACO DE POTÁSSIO 50 MG	UND	3000		
108	DICLOFENACO DE SÓDIO 50 MG	UND	3000		
109	DICLOFENACO SÓDIO 75 MG/3 ML	UND	1200		
110	DIGOXINA 0,25 MG	UND	8000		
111	DIPIRONA SÓDICA 500 MG	UND	36000		
112	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML	UND	1200		
113	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML GOTAS FRASCO 10ML	UND	2600		
114	ESPIRONOLACTONA 100 MG	UND	10000		
115	ESCITALOPRAM 10 MG	UND	10000		
116	FENITOÍNA 100 MG	UND	8000		
117	FENOBARBITAL 100 MG	UND	32000		

118	FENOBARBITAL 40MG/ML 20ML		UND	720		
119	FLUCONAZOL 150 MG		UND	1800		
120	FOSFATO DE SÓDICO DE DEXAMETASONA 2 MG/ML		UND	1500		
121	FOSFATO DE SÓDICO DE DEXAMETASONA 4 MG/ML		UND	1500		
122	FUROSEMIDA 10 MG/ML		UND	1000		
123	FUROSEMIDA 40 MG		UND	21000		
124	GENTAMICINA 40 MG/ML		UND	1000		
125	GLIBENCLAMIDA 5 MG		UND	70000		
126	GLICOSE 50 %		UND	1500		
127	HALOPERIDOL 1 MG		UND	20000		
128	HALOPERIDOL 2MG/ML (SOLUÇÃO ORAL)		UND	220		
129	HALOPERIDOL 5 MG		UND	36000		
130	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 100MG		UND	20000		
131	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 25MG		UND	25000		
132	HEPARINA SÓDICA 5000 UI/ML		UND	1000		
133	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG		UND	90000		
134	HIDROCORTISONA 100MG/ML		UND	1000		
135	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO+HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO 6%+4% FRASCO 100ML		UND	500		
136	IBUPROFENO 300 MG		UND	8000		
137	IBUPROFENO 100 MG/ML GOTAS FRASCO 30ML		UND	600		
138	IBUPROFENO 600 MG		UND	15000		
139	IVERMECTINA 6 MG		UND	12000		
140	LACTULOSE 667MG/ML		UND	1000		
141	LEVODOPA+CLORIDRATO DE BENSERAZIDA 200/50		UND	4800		
142	LEVOFLOXACINO 500 MG		UND	10000		
143	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MG		UND	5000		
144	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MG		UND	5000		
145	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MG		UND	5000		
146	LEVOTIROXINA SODICA 75MG		UND	5000		
147	LORATADINA 1 MG/15 ML XAROPE FRASCO 100ML		UND	900		
148	LORATADINA 10 MG		UND	10000		
149	LORAZEPAN 2 MG		UND	12000		
150	LOSARTANA POTASSICA 100 MG		UND	15000		
151	LOSARTANA POTASSICA 50 MG		UND	90000		
152	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 0,4 MG/ML (XAROPE) FRASCO 100ML		UND	1500		
153	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2 MG		UND	6000		
154	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2MG/5ML+ BETAMETASONA 0,25MG/5ML		UND	800		
155	MALEATO DE ENALAPRIL 10 MG		UND	36000		
156	MALEATO DE ENALAPRIL 20 MG		UND	40000		
157	MALEATO DE ENALAPRIL 5 MG		UND	20000		
158	MALEATO LEVOMEPRIMAZINA 100 MG		UND	10000		
159	MALEATO LEVOMEPRIMAZINA 25 MG		UND	10000		
160	MALEATO LEVOMEPRIMAZINA 40MG/ML 4%		UND	420		
161	MEBENDAZOL 100 MG		UND	1200		
162	MEBENDAZOL 20 MG/ML FRASCO 30ML		UND	300		
163	METILDOPA 250 MG		UND	9000		
164	METILDOPA 500 MG		UND	4000		
165	METILPREDNISOLONA 500 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL		UND	500		
166	METRONIDAZOL 100 MG/G CREME VAGINAL		UND	300		
167	METRONIDAZOL 250 MG		UND	3000		

168	NEOMICINA+BACTRACINA 10 G POMADA	UND	900		
169	NIFEDIPINO 10 MG	UND	6000		
170	NIFEDIPINO 20 MG	UND	6000		
171	NIMESULIDA 100 MG	UND	26000		
172	NIMESULIDA GOTAS 50 MG/ML GOTAS FRASCO 15ML	UND	240		
173	NISTATINA 25 000UI/4G/50G CREME VAGINAL	UND	400		
174	NISTATINA 50 ML/100 000 UI /ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 50ML	UND	300		
175	NITRATO DE MICONAZOL 20 MG/G CREME DERMATOLÓGICO	UND	400		
176	NITRATO DE MICONAZOL 20 MG/G CREME VAGINAL	UND	300		
177	NITROFURANTOÍNA 100MG COMPRIMIDO	UND	12000		
178	NORFLOXACINO 400MG COMPRIMIDOS	UND	10000		
179	OMEPRAZOL 20 MG	UND	54000		
180	OMEPRAZOL 40MG/ML	UND	1000		
181	ONDASENTRONA 4MG/ML	UND	600		
182	OXIDO DE ZINCO 25% (PASTA D'ÁGUA)	UND	100		
183	PARACETAMOL 200 MG GOTAS FRASCO 10ML	UND	2000		
184	PARACETAMOL 500 MG	UND	18000		
185	PIROXICAM 20 MG	UND	6000		
186	PREDINISONA 3 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100ML	UND	1500		
187	PREDSOLONA 5 MG	UND	8000		
188	PREDSOLONA 20 MG	UND	8000		
189	PREGABALINA 75MG	UND	12000		
190	PROPATILNITRATO 10 MG	UND	12000		
191	RISPERIDONA 1 MG/ML FRASCO 30ML	UND	1800		
192	RISPERIDONA 1MG	UND	18000		
193	RISPERIDONA 2MG	UND	30000		
194	RISPERIDONA 3MG	UND	18000		
195	SACCHAROMYCES BOULARDII 250MG PÓ	UND	5000		
196	SAIS DE REIDRATAÇÃO ORAL	UND	1500		
197	SECNIDAZOL 1000 MG	UND	4800		
198	SIMETICONA GOTAS 75 MG FRASCO 10ML	UND	900		
199	SINVASTANTINA 20 MG	UND	48000		
200	SINVASTANTINA 40 MG	UND	25000		
201	SORO FISIOLÓGICO 100ML FRASCOS	UND	5000		
202	SUCCINATO DE METOPROLOL 100MG	UND	24000		
203	SUCCINATO DE METOPROLOL 25MG	UND	24000		
204	SUCCINATO DE METOPROLOL 50MG	UND	24000		
205	SULFAMETROXAZOL+TRIMETOPRIMA 400 MG/80 MG	UND	9000		
206	SULFAMETROXAZOL+TRIMETOPRIMA 40MG/8 MG/ML SUSPENSÃO FRASCO 50ML	UND	1000		
207	SULFATIAZINA DE PRATA 1% CREME	UND	400		
208	SULFATO DE ATROPINA 0,25 MG	UND	1000		
209	SULFATO DE SALBUTAMOL 0,4 MG/ML XAROPE FRASCO 120ML	UND	600		
210	SULFATO DE SALBUTAMOL SPRAY 100MCG/DOSE	UND	600		
211	SULFATO DE ZINCO 5MG/ML	UND	500		
212	SULFATO FERROSO 25 MG/ML (SOL.ORAL) FRASCO 100ML	UND	600		
213	SULFATO FERROSO 40 MG	UND	24000		
214	TOPIRAMATO 100MG	UND	24000		
215	TOPIRAMATO 25MG	UND	24000		
216	TOPIRAMATO 50MG	UND	24000		

217	TRAVOPROSTA 0,04 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA (FRASCO COM 2,5 ML)		UND	150		
218	VALPROATO DE SÓDIO 250 MG/5 ML		UND	600		
219	VENLAFAXINA 75MG		UND	8000		
220	VENLAFAXINA 150MG		UND	8000		
221	VERAPAMIL 80 MG		UND	6000		
222	VITAMINA C 100MG/ML FRASCO 20ML		UND	1000		
223	VITAMINA C 500MG		UND	30000		

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - R\$

PRAZO DE ENTREGA:

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

VALIDADE DESTA PROPOSTA:

Dados bancários do proponente para fins de pagamento:

Banco:

Conta:

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA

Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a proposta deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIAL
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

ANEXO II - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2025

MODELO DE DECLARAÇÃO - de não empregar menor

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2025
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIAL - PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de não empregar menor.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente; em acatamento às disposições do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIAL
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

ANEXO III - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2025

MODELO DE DECLARAÇÃO - que a proposta compreende a integralidade dos custos

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2025
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIAL - PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIAL
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

ANEXO IV - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2025

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:/2025

Aos ... dias do mês de ... de ..., na sede do Setor de Contratação da Prefeitura Municipal de Areial, Estado da Paraíba, localizada na R: Sao Jose - Centro - Areial - PB, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00004/2025 que objetiva o registro de preços para: AQUISIÇÃO DE MEICAMENTOS DA ATENÇÃO BASICA DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIAL - CNPJ nº 08.701.062/0001-32.

VENCEDOR:						
CNPJ:						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
TOTAL						

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do correspondente Contrato, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, relativamente ao Pregão Eletrônico nº 00004/2025, parte integrante deste instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Areial, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Eletrônico nº 00004/2025, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.

Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;

Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

As aquisições ou as contratações adicionais mediante adesão à ata não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata do registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

O quantitativo decorrente das adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata de registro de preços;

Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:

As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contratação será formalizada por intermédio do Contrato.

O prazo para assinatura do Contrato, será de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data da convocação.

O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Contrato e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.

Não atendendo à convocação para assinar o Contrato, e ocorrendo essa dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.

É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso do licitante vencedor não comparecer para assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.

O Contrato decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços; e aquele que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136; e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b –

multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00004/2025 e seus anexos, e as seguintes propostas vencedoras do referido certame:

-

Item(s):

Valor: R\$

-

Item(s):

Valor: R\$

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Esperança.

...

...

...

...



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIAL
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

ANEXO V - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2025

MINUTA DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 250311PE00004

CONTRATO Nº:/-SDC

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIAL E, PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Areial - R Sao Jose, 472 - Centro - Areial - PB, CNPJ nº 08.701.062/0001-32, neste ato representada pelo Prefeito Carlos Henrique Pereira Balbino, Brasileiro, Casado, Advogado, residente e domiciliado na R Sao Jose, 742 - Centro - Areial - PB, CPF nº 045.408.714-47, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado - - - - ..., CNPJ nº, neste ato representado por residente e domiciliado na, - - - - ..., CPF nº, Carteira de Identidade nº, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:

Este contrato decorre da licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 00004/2025, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada ..., tem por objeto: AQUISIÇÃO DE MEICAMENTOS DA ATENÇÃO BASICA DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O fornecimento deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 00004/2025 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e será realizado na forma parcelada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$... (...).

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:

Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

Recursos não Vinculados de Impostos:

2050 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

2050.10.301.2006.2070 – MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE

3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA:

O prazo máximo de entrega do objeto ora contratado, que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão do Pedido de Compra:

a - Entrega: 5 (cinco) dias.

A vigência do presente contrato será determinada: até o final do exercício financeiro de 2025, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a - Efetuar o pagamento relativo ao fornecimento efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para o fiel fornecimento contratado;

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade de produto fornecido, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente,

permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição;

e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

a - Executar devidamente o fornecimento descrito na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;

d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;

e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;

g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

h - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;

i - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato,

por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

j - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado,

com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.

k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Esperança.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Areial - PB, ... de de

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

.....

PELO CONTRATADO

.....



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIAL
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

ANEXO VI - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2025

MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2025
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIAL - PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de ciência dos termos do Edital.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

2.0 - DECLARAÇÃO de inexistir fato impeditivo.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que inexistente até a presente data fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores.

3.0 - DECLARAÇÃO de não possuir no quadro societário servidor da ativa do órgão.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário e de funcionários, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado da Prefeitura Municipal de Areial, como também em nenhum outro órgão ou entidade a ela vinculada, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

4.0 - DECLARAÇÃO de não utilizar trabalho degradante ou forçado.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que não possui em sua cadeia produtiva, nos termos do Art. 1º, Incisos III e IV, e do Art. 5º, Inciso III, da Constituição Federal, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

5.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente do cumprimento da reserva de cargo prevista na norma vigente, consoante Art. 93, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionário da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas.

6.0 - DECLARAÇÃO de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no presente ano-calendário, ainda não celebrou contratos com a

Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, nos termos do Art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/21.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO

Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIAL

ANEXO VII - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2025

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP [Publicidade: divulgação conjunta com o edital]

OBSERVAÇÃO: este anexo é representado pelo correspondente Estudo Técnico Preliminar - ETP, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução; em atendimento ao requisito de publicidade determinado na norma vigente, que exige a publicação conjunta desses estudos com o respectivo Edital para garantir plena transparência e competitividade.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIAL

1.Introdução

Este documento apresenta os estudos técnicos preliminares, onde será avaliada a contratação pretendida, demonstrando os elementos e as informações essenciais que servirão para embasar a elaboração do Termo de Referência, quando for considerada viável, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.

2.Objeto

Constitui objeto do presente estudo técnico a pretensa: AQUISIÇÃO DE MEICAMENTOS DA ATENÇÃO BASICA DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

3.Necessidade da contratação

A contratação descrita, que mesmo com o contínuo esforço de sempre buscar a otimização dos processos de trabalho, é essencial: Pela necessidade da devida efetivação de compra para suprir demanda específica – AQUISIÇÃO DE MEICAMENTOS DA ATENÇÃO BASICA DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

4.Alinhamento aos planos da Administração

A contratação pretendida está alinhada aos planos estratégicos da Administração, delineados nas diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas, onde estão fixadas e detalhadas as respectivas ações ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos respectivos projetos, programas e processos.

5.Requisitos da contratação

As características e especificações do objeto da referida contratação são:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE
--------	-------------------	---------	------------

ETP 1	ACETATO DE BETAMETASONA + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 3 MG/ML + 3 MG/ML SUSPENSÃO INJETÁVEL	UND	2000
ETP 2	ACETATO DE HIDROCORTISONA 10 MG/G (1%) CREME 1000	UND	1000
ETP 3	ACETILCISTEINA 20MG/ML	UND	800
ETP 4	ACICLOVIR 200MG COMPRIMIDO.	UND	1500
ETP 5	ACICLOVIR 50MG/G CREME.	UND	400
ETP 6	ACIDO ACÉTILSALICÍLICO 100 MG	UND	36000
ETP 7	ÁCIDO ASCÓRBICO 100 MG/ML	UND	1000
ETP 8	ACIDO FÓLICO 5 MG	UND	21000
ETP 9	ÁCIDO TRANEXÂMICO 250 MG	UND	9000
ETP 10	ÁCIDO TRANEXÂMICO 50 MG/ML	UND	1000
ETP 11	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG	UND	18000
ETP 12	ÁCIDO VALPRÓICO 500MG	UND	16000
ETP 13	ADRENALINA 1 MG	UND	600
ETP 14	ÁGUA P/ INJEÇÃO 10ML	UND	6000
ETP 15	ALBENDAZOL 40 MG/ML (SOLUÇÃO ORAL) FRASCO 10ML	UND	600
ETP 16	ALBENDAZOL 400 MG	UND	2500
ETP 17	ALENDRONATO DE SÓDIO 70 MG	UND	1200
ETP 18	ALPRAZOLAM 0,25MG	UND	9000
ETP 19	ALPRAZOLAM 0,5MG	UND	9000
ETP 20	ALPRAZOLAM 1MG	UND	15000
ETP 21	ALPRAZOLAM 2MG	UND	18000
ETP 22	AMINOFILINA 240 MG/10 ML	UND	500
ETP 23	AMIODORONA 150 MG/3 ML	UND	500
ETP 24	AMOXICILINA 250 MG/ML (SUSP.) FRASCO 60ML	UND	1500
ETP 25	AMOXICILINA 500 MG	UND	24000
ETP 26	AMOXICILINA/CLAVULANATO DE POTÁSSIO 250+6,25MG/5ML (SUSP) FRASCO 75ML	UND	1500
ETP 27	AMOXICILINA+CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500 MG+12,5MG	UND	1000
ETP 28	AMPICILINA 500 MG	UND	3000
ETP 29	ATENOLOL 25 MG	UND	36000
ETP 30	AZITROMICINA DIHIDRATADA 500 MG	UND	12000
ETP 31	AZITROMICINA DIHIDRATADA PÓ. 40 MG/ML (SUSP.) FRASCO 15ML	UND	2500
ETP 32	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200UI	UND	1500
ETP 33	BENZILPENICILINA BENZATINA 6000 UI	UND	400
ETP 34	BENZOILMETRONIDAZOL 40MG/ML (SUSP) FRASCO 80ML	UND	400
ETP 35	BESILATO DE ANLODIPINO 10 MG	UND	10000
ETP 36	BESILATO DE ANLODIPINO 5 MG	UND	20000
ETP 37	BROMAZEPAM 3MG	UND	12000
ETP 38	BROMAZEPAM 6MG	UND	12000
ETP 39	BROMETO DE IPATRÓPIO 0,25% FRASCO 20ML	UND	1000
ETP 40	BROMOPRIMA 4MG/ML (GOTAS) FRASCO 20ML	UND	600
ETP 41	BUDESONIDA 32MCG	UND	2000
ETP 42	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20 MG/ML	UND	1200
ETP 43	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 6,67 MG/ML+DIPIRONA333,4 MG/ML	UND	1200
ETP 44	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA+DIPIRONA 10 MG+250 MG	UND	4800
ETP 45	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA+DIPIRONA 6,67 MG+333,4 MG/ML FRASCO 20ML	UND	800
ETP 46	CAPTOPRIL 25 MG	UND	90000

ETP 47	CAPTOPRIL 50 MG	UND	14400
ETP 48	CARBAMAZEPINA 200MG	UND	30000
ETP 49	CARBAMAZEPINA SOLUÇÃO ORAL 20MG/ML	UND	500
ETP 50	CARBONATO DE LÍTIO 300MG	UND	20000
ETP 51	CARVEDILOL 12,5 MG	UND	9000
ETP 52	CARVEDILOL 25 MG	UND	10000
ETP 53	CARVEDILOL 3,125 MG	UND	8640
ETP 54	CARVEDILOL 6,25 MG	UND	8640
ETP 55	CEFALEXINA 250 MG (SUSP.) FRASCO 60ML	UND	1000
ETP 56	CEFALEXINA 500 MG	UND	8000
ETP 57	CEFTRIAXONA 1 G PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL IM	UND	2000
ETP 58	CEFTRIAXONA 500MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL IM	UND	2000
ETP 59	CETOCONAZOL 200 MG	UND	2000
ETP 60	CETOCONAZOL 30 MG (CREME)	UND	600
ETP 61	CIPROFIBRATO 100 MG	UND	20000
ETP 62	CLINDAMICINA 300MG	UND	9000
ETP 63	CLONAZEPAN 0,5MG	UND	27000
ETP 64	CLONAZEPAN 2 MG	UND	30000
ETP 65	CLOPIDOGREL 75MG	UND	10000
ETP 66	CLORETO DE SÓDIO NASAL 0,9%	UND	2000
ETP 67	CLORETRATO DE METOCLOPRAMIDA 40 MG/ML (GOTAS) FRASCO 10ML	UND	300
ETP 68	CLORIDRATO AMIODARONA 200 MG	UND	3000
ETP 69	CLORIDRATO DE AMANTADINA 100MG	UND	20000
ETP 70	CLORIDRATO DE AMBROXOL ADULTO 6 MG/ML (S/ AÇÚCAR) FRASCO 100ML	UND	900
ETP 71	CLORIDRATO DE AMBROXOL INFANTIL 3 MG/ML FRASCO 100ML	UND	900
ETP 72	CLORIDRATO DE AMIODARONA 100 MG	UND	1200
ETP 73	CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA 25MG	UND	36000
ETP 74	CLORIDRATO DE BIPERIDENO 2 MG	UND	18000
ETP 75	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 500 MG	UND	12000
ETP 76	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 100MG	UND	16000
ETP 77	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 25MG	UND	20000
ETP 78	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA GOTAS	UND	300
ETP 79	CLORIDRATO DE FLUOXETINA 20 MG	UND	36000
ETP 80	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 20 MG/G (2%)	UND	600
ETP 81	CLORIDRATO DE METFORMINA 850 MG	UND	45000
ETP 82	CLORIDRATO DE METFORMINA 500 MG	UND	50000
ETP 83	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 10 MG	UND	4000
ETP 84	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML	UND	1200
ETP 85	CLORIDRATO DE MOXIFLOXACINO 400 MG COMPRIMIDO	UND	5000
ETP 86	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 25MG	UND	24000
ETP 87	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 50MG	UND	24000
ETP 88	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 75MG	UND	24000
ETP 89	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 8MG	UND	10000
ETP 90	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25 MG/ML	UND	2000
ETP 91	CLORIDRATO DE SERTRALINA 50 MG	UND	30000
ETP 92	CLORITRADO DE PROMETAZINA 25 MG	UND	32000
ETP 93	CLORITRADO DE PROPRANOLOL 40 MG	UND	18000
ETP 94	CLORITRATO DE TETRACICLINA 500 MG	UND	4500

ETP 95	COLAGENASE 0,6 U/G + CLORANFENICOL 0,01 G	UND	500
ETP 96	COMPLEXO B	UND	6000
ETP 97	COMPLEXO B 2 ML	UND	1200
ETP 98	COMPLEXO B SOLUÇÃO ORAL	UND	500
ETP 99	DECANATO HALOPERIDOL 70,52MG SOLUÇÃO INJETÁVEL	UND	200
ETP 100	DEXAMETASONA 0,1% CREME DERMATOLÓGICO	UND	900
ETP 101	DEXAMETASONA 1 MG/ML (0,1%) SUSPENSÃO OFTÁLMICA	UND	200
ETP 102	DEXAMETASONA 4MG COMPRIMIDO	UND	5000
ETP 103	DEXAMETAZONA 0,1 MG ELIXIR FRASCO 100ML	UND	600
ETP 104	DIAZEPAM SOLUÇÃO INJETÁVEL 5MG/ML	UND	200
ETP 105	DIAZEPAN 10 MG	UND	48000
ETP 106	DIAZEPAN 5 MG	UND	20000
ETP 107	DICLOFENACO DE POTÁSSIO 50 MG	UND	3000
ETP 108	DICLOFENACO DE SÓDIO 50 MG	UND	3000
ETP 109	DICLOFENACO SÓDIO 75 MG/3 ML	UND	1200
ETP 110	DIGOXINA 0,25 MG	UND	8000
ETP 111	DIPIRONA SÓDICA 500 MG	UND	36000
ETP 112	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML	UND	1200
ETP 113	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML GOTAS FRASCO 10ML	UND	2600
ETP 114	ESPIRONOLACTONA 100 MG	UND	10000
ETP 115	ESCITALOPRAM 10 MG	UND	10000
ETP 116	FENITOÍNA 100 MG	UND	8000
ETP 117	FENOBARBITAL 100 MG	UND	32000
ETP 118	FENOBARBITAL 40MG/ML 20ML	UND	720
ETP 119	FLUCONAZOL 150 MG	UND	1800
ETP 120	FOSFATO DE SÓDICO DE DEXAMETASONA 2 MG/ML	UND	1500
ETP 121	FOSFATO DE SÓDICO DE DEXAMETASONA 4 MG/ML	UND	1500
ETP 122	FUROSEMIDA 10 MG/ML	UND	1000
ETP 123	FUROSEMIDA 40 MG	UND	21000

ETP 124	GENTAMICINA 40 MG/ML	UND	1000
ETP 125	GLIBENCLAMIDA 5 MG	UND	70000
ETP 126	GLICOSE 50 %	UND	1500
ETP 127	HALOPERIDOL 1 MG	UND	20000
ETP 128	HALOPERIDOL 2MG/ML (SOLUÇÃO ORAL)	UND	220
ETP 129	HALOPERIDOL 5 MG	UND	36000
ETP 130	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 100MG	UND	20000
ETP 131	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 25MG	UND	25000
ETP 132	HEPARINA SÓDICA 5000 UI/ML	UND	1000
ETP 133	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	UND	90000
ETP 134	HIDROCORTISONA 100MG/ML	UND	1000
ETP 135	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO+HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO 6%+4% FRASCO 100ML	UND	500
ETP 136	IBUPROFENO 300 MG	UND	8000
ETP 137	IBUPROFENO 100 MG/ML GOTAS FRASCO 30ML	UND	600
ETP 138	IBUPROFENO 600 MG	UND	15000
ETP 139	IVERMECTINA 6 MG	UND	12000
ETP 140	LACTULOSE 667MG/ML	UND	1000
ETP 141	LEVODOPA+CLORIDRATO DE BENSERAZIDA 200/50	UND	4800
ETP 142	LEVOFLOXACINO 500 MG	UND	10000
ETP 143	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MG	UND	5000
ETP 144	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MG	UND	5000
ETP 145	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MG	UND	5000
ETP 146	LEVOTIROXINA SODICA 75MG	UND	5000
ETP 147	LORATADINA 1 MG/15 ML XAROPE FRASCO 100ML	UND	900
ETP 148	LORATADINA 10 MG	UND	10000
ETP 149	LORAZEPAN 2 MG	UND	12000

ETP 150	LOSARTANA POTASSICA 100 MG	UND	15000
ETP 151	LOSARTANA POTASSICA 50 MG	UND	90000
ETP 152	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 0,4 MG/ML (XAROPE) FRASCO 100ML	UND	1500
ETP 153	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2 MG	UND	6000
ETP 154	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2MG/5ML+ BETAMETASONA 0,25MG/5ML	UND	800
ETP 155	MALEATO DE ENALAPRIL 10 MG	UND	36000
ETP 156	MALEATO DE ENALAPRIL 20 MG	UND	40000
ETP 157	MALEATO DE ENALAPRIL 5 MG	UND	20000
ETP 158	MALEATO LEVOMEPRIMAZINA 100 MG	UND	10000
ETP 159	MALEATO LEVOMEPRIMAZINA 25 MG	UND	10000
ETP 160	MALEATO LEVOMEPRIMAZINA 40MG/ML 4%	UND	420
ETP 161	MEBENDAZOL 100 MG	UND	1200
ETP 162	MEBENDAZOL 20 MG/ML FRASCO 30ML	UND	300
ETP 163	METILDOPA 250 MG	UND	9000
ETP 164	METILDOPA 500 MG	UND	4000
ETP 165	METILPREDNISOLONA 500 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	UND	500
ETP 166	METRONIDAZOL 100 MG/G CREME VAGINAL	UND	300
ETP 167	METRONIDAZOL 250 MG	UND	3000
ETP 168	NEOMICINA+BACTRACINA 10 G POMADA	UND	900
ETP 169	NIFEDIPINO 10 MG	UND	6000
ETP 170	NIFEDIPINO 20 MG	UND	6000
ETP 171	NIMESULIDA 100 MG	UND	26000
ETP 172	NIMESULIDA GOTAS 50 MG/ML GOTAS FRASCO 15ML	UND	240
ETP 173	NISTATINA 25 000UI/4G/50G CREME VAGINAL	UND	400
ETP 174	NISTATINA 50 ML/100 000 UI /ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 50ML	UND	300
ETP 175	NITRATO DE MICONAZOL 20 MG/G CREME DERMATOLÓGICO	UND	400

ETP 176	NITRATO DE MICONAZOL 20 MG/G CREME VAGINAL	UND	300
ETP 177	NITROFURANTOÍNA 100MG COMPRIMIDO	UND	12000
ETP 178	NORFLOXACINO 400MG COMPRIMIDOS	UND	10000
ETP 179	OMEPRAZOL 20 MG	UND	54000
ETP 180	OMEPRAZOL 40MG/ML	UND	1000
ETP 181	ONDASENTRONA 4MG/ML	UND	600
ETP 182	OXIDO DE ZINCO 25% (PASTA D'ÁGUA)	UND	100
ETP 183	PARACETAMOL 200 MG GOTAS FRASCO 10ML	UND	2000
ETP 184	PARACETAMOL 500 MG	UND	18000
ETP 185	PIROXICAM 20 MG	UND	6000
ETP 186	PREDINISONA 3 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100ML	UND	1500
ETP 187	PREDSONA 5 MG	UND	8000
ETP 188	PREDSONA 20 MG	UND	8000
ETP 189	PREGABALINA 75MG	UND	12000
ETP 190	PROPATILNITRATO 10 MG	UND	12000
ETP 191	RISPERIDONA 1 MG/ML FRASCO 30ML	UND	1800
ETP 192	RISPERIDONA 1MG	UND	18000
ETP 193	RISPERIDONA 2MG	UND	30000
ETP 194	RISPERIDONA 3MG	UND	18000
ETP 195	SACCHAROMYCES BOULARDII 250MG PÓ	UND	5000
ETP 196	SAIS DE REIDRATAÇÃO ORAL	UND	1500
ETP 197	SECNIDAZOL 1000 MG	UND	4800
ETP 198	SIMETICONA GOTAS 75 MG FRASCO 10ML	UND	900
ETP 199	SINVASTANTINA 20 MG	UND	48000
ETP 200	SINVASTANTINA 40 MG	UND	25000
ETP 201	SORO FISIOLÓGICO 100ML FRASCOS	UND	5000

ETP 202	SUCCINATO DE METOPROLOL 100MG	UND	24000
ETP 203	SUCCINATO DE METOPROLOL 25MG	UND	24000
ETP 204	SUCCINATO DE METOPROLOL 50MG	UND	24000
ETP 205	SULFAMETROXAZOL+TRIMETOPRIMA 400 MG/80 MG	UND	9000
ETP 206	SULFAMETROXAZOL+TRIMETOPRIMA 40MG/8 MG/ML SUSPENSÃO FRASCO 50ML	UND	1000
ETP 207	SULFATIAZINA DE PRATA 1% CREME	UND	400
ETP 208	SULFATO DE ATROPINA 0,25 MG	UND	1000
ETP 209	SULFATO DE SALBUTAMOL 0,4 MG/ML XAROPE FRASCO 120ML	UND	600
ETP 210	SULFATO DE SALBUTAMOL SPRAY 100MCG/DOSE	UND	600
ETP 211	SULFATO DE ZINCO 5MG/ML	UND	500
ETP 212	SULFATO FERROSO 25 MG/ML (SOL.ORAL) FRASCO 100ML	UND	600
ETP 213	SULFATO FERROSO 40 MG	UND	24000
ETP 214	TOPIRAMATO 100MG	UND	24000
ETP 215	TOPIRAMATO 25MG	UND	24000
ETP 216	TOPIRAMATO 50MG	UND	24000
ETP 217	TRAVOPROSTA 0,04 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA (FRASCO COM 2,5 ML)	UND	150
ETP 218	VALPROATO DE SÓDIO 250 MG/5 ML	UND	600
ETP 219	VENLAFAXINA 75MG	UND	8000
ETP 220	VENLAFAXINA 150MG	UND	8000
ETP 221	VERAPAMIL 80 MG	UND	6000
ETP 222	VITAMINA C 100MG/ML FRASCO 20ML	UND	1000
ETP 223	VITAMINA C 500MG	UND	30000

O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão do Pedido de Compra:

Entrega: 5 (cinco) dias.

A vigência da presente contratação será determinada: até o final do exercício financeiro de 2025, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

A contratação do fornecimento, objeto deste estudo preliminar, deverá considerar os seguintes normativos: Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

Uma vez autorizada, a contratação pretendida deverá possuir previsão e adequação orçamentária e financeira com o orçamento vigente, necessariamente demonstrada, e compatibilidade com as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

6. Relação entre a demanda pretendida e o dimensionamento do fornecimento

O adequado equilíbrio entre a demanda requerida e a dimensão da correspondente contratação é fundamental para o seu planejamento e execução, notadamente com o intuito de reduzir ou, até mesmo, de se evitar aditivos contratuais desnecessários ou, ainda, a necessidade da realização de novo certame, com consequente perda de economia de escala.

O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função do consumo delineado e utilização prováveis, foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente.

7. Levantamento de mercado

Diversas empresas do ramo pertinente podem executar o objeto deste estudo preliminar. Foram analisadas contratações similares feitas por outras entidades, por meio de consulta aos respectivos sistemas de gestão dos órgãos fiscalizadores, com o intuito de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração e as identificadas, quando possível e consideradas viáveis, foram incorporadas na contratação em análise.

Constatou-se, inclusive, que para a realização de despesas semelhantes ao objeto do presente estudo técnico, diversas entidades públicas efetivam a contratação de forma análoga à que se pretende adotar pela Administração, cumprindo as regras e exigências legais e normativas.

8. Justificativa da escolha do tipo de solução a contratar

A solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional, é a pretensão: AQUISIÇÃO DE MEICAMENTOS DA ATENÇÃO BÁSICA DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Salienta-se que a vigência da contratação será determinada: até o final do exercício financeiro de 2025, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

Nesse mesmo diapasão, sopesadas as possibilidades previstas no Art. 44, da Lei 14.133/21, quando houver, observados os aspectos da demanda requerida, e após considerados os custos e os benefícios de cada opção prevista no referido diploma legal, indica-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração, a contratação do objeto do presente estudo técnico preliminar, da forma como se apresenta.

9. Estimativas preliminares dos preços

Nos termos da norma vigente o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. Informamos que, relativamente ao procedimento em tela, existe previsão de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado, conforme consulta prévia efetuada ao setor responsável.

Na pretensão contratação o valor estimado foi definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização do seguinte parâmetro: pesquisa direta com no mínimo três fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses

fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de seis meses de antecedência da data de divulgação do edital:

Salienta-se que os fornecedores consultados quando da pesquisa direta realizada, foram escolhidos aleatoriamente dentre os regularmente cadastrados no âmbito desta Administração considerando, além do ramo de atividade pertinente ao objeto da pretensa contratação, o seu desempenho positivo relativamente a contratações já realizadas; sem prejuízo da escolha de outros fornecedores, também de forma aleatória, feita através de consultas a endereços eletrônicos de entidades públicas que realizaram com êxito contratações semelhantes.

Com base nos custos para execução do objeto da contratação, definidos por meio de parâmetro de aferição do melhor preço na forma estabelecida no Art. 23, § 1º, da Lei 14.133/21, relacionamos abaixo o menor preço encontrado.

A estimativa preliminar total a ser considerada é equivalente a R\$ 1.072.028,30:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	OBS	UNIDADE	QUANTIDADE	P.UNITÁRIO	P. TOTAL
ETP 1	ACETATO DE BETAMETASONA + FOSFATO DISSÓDICO D	...	UND	2000	8,66	17.320,00
ETP 2	ACETATO DE HIDROCORTISONA 10 MG/G (1%) CREME	...	UND	1000	7,56	7.560,00
ETP 3	ACETILCISTEINA 20MG/ML		UND	800	4,56	3.648,00
ETP 4	ACICLOVIR 200MG COMPRIMIDO.		UND	1500	0,35	525,00
ETP 5	ACICLOVIR 50MG/G CREME.		UND	400	2,84	1.136,00
ETP 6	ACIDO ACÉTILSALICÍLICO 100 MG		UND	36000	0,03	1.080,00
ETP 7	ÁCIDO ASCÓRBICO 100 MG/ML		UND	1000	0,94	940,00
ETP 8	ACIDO FÓLICO 5 MG		UND	21000	0,04	840,00
ETP 9	ÁCIDO TRANEXÂMICO 250 MG		UND	9000	1,25	11.250,00
ETP 10	ÁCIDO TRANEXÂMICO 50 MG/ML		UND	1000	5,27	5.270,00
ETP 11	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG		UND	18000	0,48	8.640,00
ETP 12	ÁCIDO VALPRÓICO 500MG		UND	16000	0,81	12.960,00
ETP 13	ADRENALINA 1 MG		UND	600	1,31	786,00
ETP 14	ÁGUA P/ INJEÇÃO 10ML		UND	6000	0,31	1.860,00
ETP 15	ALBENDAZOL 40 MG/ML (SOLUÇÃO ORAL) FRASCO 10M	...	UND	600	1,23	738,00
ETP 16	ALBENDAZOL 400 MG		UND	2500	0,43	1.075,00
ETP 17	ALENDRONATO DE SÓDIO 70 MG		UND	1200	0,23	276,00
ETP 18	ALPRAZOLAM 0,25MG		UND	9000	0,17	1.530,00
ETP 19	ALPRAZOLAM 0,5MG		UND	9000	0,06	540,00
ETP 20	ALPRAZOLAM 1MG		UND	15000	0,07	1.050,00
ETP 21	ALPRAZOLAM 2MG		UND	18000	0,10	1.800,00
ETP 22	AMINOFILINA 240 MG/10 ML		UND	500	5,67	2.835,00
ETP 23	AMIODORONA 150 MG/3 ML		UND	500	3,00	1.500,00
ETP 24	AMOXICILINA 250 MG/ML (SUSP.) FRASCO 60ML		UND	1500	3,90	5.850,00
ETP 25	AMOXICILINA 500 MG		UND	24000	0,25	6.000,00
ETP 26	AMOXICILINA/CLAVULANATO DE POTÁSSIO 250+6,25M	...	UND	1500	14,92	22.380,00
ETP 27	AMOXICILINA+CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500 MG+12	...	UND	1000	2,19	2.190,00
ETP 28	AMPICILINA 500 MG		UND	3000	0,48	1.440,00
ETP 29	ATENOLOL 25 MG		UND	36000	0,04	1.440,00
ETP 30	AZITROMICINA DIHIDRATADA 500 MG		UND	12000	0,85	10.200,00
ETP 31	AZITROMICINA DIHIDRATADA PÓ. 40 MG/ML (SUSP.)	...	UND	2500	7,25	18.125,00
ETP 32	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200UI		UND	1500	6,45	9.675,00
ETP 33	BENZILPENICILINA BENZATINA 6000 UI		UND	400	6,88	2.752,00
ETP 34	BENZOILMETRONIDAZOL 40MG/ML (SUSP) FRASCO 80	...	UND	400	6,74	2.696,00
ETP 35	BESILATO DE ANLODIPINO 10 MG		UND	10000	0,05	500,00
ETP 36	BESILATO DE ANLODIPINO 5 MG		UND	20000	0,04	800,00
ETP 37	BROMAZEPAM 3MG		UND	12000	0,09	1.080,00
ETP 38	BROMAZEPAM 6MG		UND	12000	0,18	2.160,00
ETP 39	BROMETO DE IPATRÓPIO 0,25% FRASCO 20ML		UND	1000	1,19	1.190,00
ETP 40	BROMOPRIMA 4MG/ML (GOTAS) FRASCO 20ML		UND	600	3,37	2.022,00
ETP 41	BUDESONIDA 32MCG		UND	2000	12,54	25.080,00
ETP 42	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20 MG/ML		UND	1200	1,08	1.296,00
ETP 43	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 6,67 MG/ML+DIPIR	...	UND	1200	1,38	1.656,00
ETP 44	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA+DIPIRONA 10 MG+2	...	UND	4800	0,29	1.392,00
ETP 45	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA+DIPIRONA 6,67 MG	...	UND	800	6,25	5.000,00
ETP 46	CAPTOPRIL 25 MG		UND	90000	0,03	2.700,00
ETP 47	CAPTOPRIL 50 MG		UND	14400	0,06	864,00
ETP 48	CARBAMAZEPINA 200MG		UND	30000	0,21	6.300,00
ETP 49	CARBAMAZEPINA SOLUÇÃO ORAL 20MG/ML		UND	500	7,88	3.940,00

ETP 50	CARBONATO DE LÍCIO 300MG		UND	20000	0,61	12.200,00
ETP 51	CARVEDILOL 12,5 MG		UND	9000	0,08	720,00
ETP 52	CARVEDILOL 25 MG		UND	10000	0,13	1.300,00
ETP 53	CARVEDILOL 3,125 MG		UND	8640	0,08	691,20
ETP 54	CARVEDILOL 6,25 MG		UND	8640	0,09	777,60
ETP 55	CEFALEXINA 250 MG (SUSP.) FRASCO 60ML		UND	1000	7,50	7.500,00
ETP 56	CEFALEXINA 500 MG		UND	8000	0,78	6.240,00
ETP 57	CEFTRIAXONA 1 G PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL IM		UND	2000	4,75	9.500,00
ETP 58	CEFTRIAXONA 500MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL I	...	UND	2000	10,79	21.580,00
ETP 59	CETOCONAZOL 200 MG		UND	2000	0,21	420,00
ETP 60	CETOCONAZOL 30 MG (CREME)		UND	600	3,12	1.872,00
ETP 61	CIPROFIBRATO 100 MG		UND	20000	0,45	9.000,00
ETP 62	CLINDAMICINA 300MG		UND	9000	1,42	12.780,00
ETP 63	CLONAZEPAN 0,5MG		UND	27000	0,06	1.620,00
ETP 64	CLONAZEPAN 2 MG		UND	30000	0,05	1.500,00
ETP 65	CLOPIDOGREL 75MG		UND	10000	0,41	4.100,00
ETP 66	CLORETO DE SÓDIO NASAL 0,9%		UND	2000	1,06	2.120,00
ETP 67	CLORETRATO DE METOCLOPRAMIDA 40 MG/ML (GOTAS)	...	UND	300	1,79	537,00
ETP 68	CLORIDRATO AMIODARONA 200 MG		UND	3000	0,46	1.380,00
ETP 69	CLORIDRATO DE AMANTADINA 100MG		UND	20000	1,11	22.200,00
ETP 70	CLORIDRATO DE AMBROXOL ADULTO 6 MG/ML (S/ AÇÚ	...	UND	900	2,90	2.610,00
ETP 71	CLORIDRATO DE AMBROXOL INFANTIL 3 MG/ML FRASC	...	UND	900	2,38	2.142,00
ETP 72	CLORIDRATO DE AMIODARONA 100 MG		UND	1200	0,05	60,00
ETP 73	CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA 25MG		UND	36000	0,04	1.440,00
ETP 74	CLORIDRATO DE BIPERIDENO 2 MG		UND	18000	0,34	6.120,00
ETP 75	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 500 MG		UND	12000	0,23	2.760,00
ETP 76	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 100MG		UND	16000	0,31	4.960,00
ETP 77	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 25MG		UND	20000	0,31	6.200,00
ETP 78	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA GOTAS		UND	300	9,23	2.769,00
ETP 79	CLORIDRATO DE FLUOXETINA 20 MG		UND	36000	0,09	3.240,00
ETP 80	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 20 MG/G (2%)		UND	600	4,67	2.802,00
ETP 81	CLORIDRATO DE METFORMINA 850 MG		UND	45000	0,13	5.850,00
ETP 82	CLORIDRATO DE METFORMINA500 MG		UND	50000	0,14	7.000,00
ETP 83	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 10 MG		UND	4000	0,08	320,00
ETP 84	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML		UND	1200	0,79	948,00
ETP 85	CLORIDRATO DE MOXIFLOXACINO 400 MG COMPRIMIDO		UND	5000	5,31	26.550,00
ETP 86	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 25MG		UND	24000	0,56	13.440,00
ETP 87	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 50MG		UND	24000	1,24	29.760,00
ETP 88	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 75MG		UND	24000	2,15	51.600,00
ETP 89	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 8MG		UND	10000	0,42	4.200,00
ETP 90	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25 MG/ML		UND	2000	3,65	7.300,00
ETP 91	CLORIDRATO DE SERTRALINA 50 MG		UND	30000	0,14	4.200,00
ETP 92	CLORITRADO DE PROMETAZINA 25 MG		UND	32000	0,18	5.760,00
ETP 93	CLORITRADO DE PROPRANOLOL 40 MG		UND	18000	0,04	720,00
ETP 94	CLORITRATO DE TETRACICLINA 500 MG		UND	4500	3,83	17.235,00
ETP 95	COLAGENASE 0,6 U/G + CLORANFENICOL 0,01 G		UND	500	13,75	6.875,00
ETP 96	COMPLEXO B		UND	6000	0,04	240,00
ETP 97	COMPLEXO B 2 ML		UND	1200	1,06	1.272,00
ETP 98	COMPLEXO B SOLUÇÃO ORAL		UND	500	3,50	1.750,00
ETP 99	DECANATO HALOPERIDOL 70,52MG SOLUÇÃO INJETÁV	...	UND	200	6,87	1.374,00
ETP 100	DEXAMETASONA 0,1% CREME DERMATOLÓGICO		UND	900	2,21	1.989,00
ETP 101	DEXAMETASONA 1 MG/ML (0,1%) SUSPENSÃO OFTÁLMI	...	UND	200	10,60	2.120,00
ETP 102	DEXAMETASONA 4MG COMPRIMIDO		UND	5000	0,24	1.200,00
ETP 103	DEXAMETAZONA 0,1 MG ELIXIR FRASCO 100ML		UND	600	2,25	1.350,00
ETP 104	DIAZEPAM SOLUÇÃO INJETÁVEL 5MG/ML		UND	200	0,91	182,00
ETP 105	DIAZEPAN 10 MG		UND	48000	0,05	2.400,00
ETP 106	DIAZEPAN 5 MG		UND	20000	0,05	1.000,00
ETP 107	DICLOFENACO DE POTÁSSIO 50 MG		UND	3000	0,08	240,00
ETP 108	DICLOFENACO DE SÓDIO 50 MG		UND	3000	0,05	150,00
ETP 109	DICLOFENACO SÓDIO 75 MG/3 ML		UND	1200	0,88	1.056,00
ETP 110	DIGOXINA 0,25 MG		UND	8000	0,18	1.440,00
ETP 111	DIPIRONA SÓDICA 500 MG		UND	36000	0,13	4.680,00
ETP 112	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML		UND	1200	0,91	1.092,00
ETP 113	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML GOTAS FRASCO 10ML		UND	2600	1,19	3.094,00
ETP 114	ESPIRONOLACTONA 100 MG		UND	10000	0,81	8.100,00
ETP 115	ESCITALOPRAM 10 MG		UND	10000	0,12	1.200,00

ETP 116	FENITOÍNA 100 MG		UND	8000	0,11	880,00
ETP 117	FENOBARBITAL 100 MG		UND	32000	0,13	4.160,00
ETP 118	FENOBARBITAL 40MG/ML 20ML		UND	720	5,33	3.837,60
ETP 119	FLUCONAZOL 150 MG		UND	1800	0,55	990,00
ETP 120	FOSFATO DE SÓDICO DE DEXAMETASONA 2 MG/ML		UND	1500	0,92	1.380,00
ETP 121	FOSFATO DE SÓDICO DE DEXAMETASONA 4 MG/ML		UND	1500	1,13	1.695,00
ETP 122	FUROSEMIDA 10 MG/ML		UND	1000	0,88	880,00
ETP 123	FUROSEMIDA 40 MG		UND	21000	0,08	1.680,00
ETP 124	GENTAMICINA 40 MG/ML		UND	1000	1,30	1.300,00
ETP 125	GLIBENCLAMIDA 5 MG		UND	70000	0,03	2.100,00
ETP 126	GLICOSE 50 %		UND	1500	0,61	915,00
ETP 127	HALOPERIDOL 1 MG		UND	20000	0,15	3.000,00
ETP 128	HALOPERIDOL 2MG/ML (SOLUÇÃO ORAL)		UND	220	6,79	1.493,80
ETP 129	HALOPERIDOL 5 MG		UND	36000	0,16	5.760,00
ETP 130	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 100MG		UND	20000	0,46	9.200,00
ETP 131	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 25MG		UND	25000	0,16	4.000,00
ETP 132	HEPARINA SÓDICA 5000 UI/ML		UND	1000	23,40	23.400,00
ETP 133	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG		UND	90000	0,03	2.700,00
ETP 134	HIDROCORTISONA 100MG/ML		UND	1000	3,78	3.780,00
ETP 135	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO+HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO 6	...	UND	500	3,00	1.500,00
ETP 136	IBUPROFENO 300 MG		UND	8000	0,11	880,00
ETP 137	IBUPROFENO 100 MG/ML GOTAS FRASCO 30ML		UND	600	3,11	1.866,00
ETP 138	IBUPROFENO 600 MG		UND	15000	0,22	3.300,00
ETP 139	IVERMECTINA 6 MG		UND	12000	0,25	3.000,00
ETP 140	LACTULOSE 667MG/ML		UND	1000	5,06	5.060,00
ETP 141	LEVODOPA+CLORIDRATO DE BENSERAZIDA 200/50		UND	4800	3,50	16.800,00
ETP 142	LEVOFLOXACINO 500 MG		UND	10000	1,23	12.300,00
ETP 143	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MG		UND	5000	0,31	1.550,00
ETP 144	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MG		UND	5000	0,34	1.700,00
ETP 145	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MG		UND	5000	0,35	1.750,00
ETP 146	LEVOTIROXINA SODICA 75MG		UND	5000	0,41	2.050,00
ETP 147	LORATADINA 1 MG/15 ML XAROPE FRASCO 100ML		UND	900	3,75	3.375,00
ETP 148	LORATADINA 10 MG		UND	10000	0,10	1.000,00
ETP 149	LORAZEPAN 2 MG		UND	12000	0,12	1.440,00
ETP 150	LOSARTANA POTASSICA 100 MG		UND	15000	0,42	6.300,00
ETP 151	LOSARTANA POTASSICA 50 MG		UND	90000	0,05	4.500,00
ETP 152	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 0,4 MG/ML (XAROP	...	UND	1500	2,00	3.000,00
ETP 153	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2 MG		UND	6000	0,08	480,00
ETP 154	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA2MG/5ML+ BETAMETA	...	UND	800	4,22	3.376,00
ETP 155	MALEATO DE ENALAPRIL 10 MG		UND	36000	0,05	1.800,00
ETP 156	MALEATO DE ENALAPRIL 20 MG		UND	40000	0,08	3.200,00
ETP 157	MALEATO DE ENALAPRIL 5 MG		UND	20000	0,05	1.000,00
ETP 158	MALEATO LEVOMEPROMAZINA 100 MG		UND	10000	0,70	7.000,00
ETP 159	MALEATO LEVOMEPROMAZINA 25 MG		UND	10000	0,39	3.900,00
ETP 160	MALEATO LEVOMEPROMAZINA 40MG/ML 4%		UND	420	12,15	5.103,00
ETP 161	MEBENDAZOL 100 MG		UND	1200	0,23	276,00
ETP 162	MEBENDAZOL 20 MG/ML FRASCO 30ML		UND	300	1,82	546,00
ETP 163	METILDOPA 250 MG		UND	9000	0,36	3.240,00
ETP 164	METILDOPA 500 MG		UND	4000	0,75	3.000,00
ETP 165	METILPREDNISOLONA 500 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJE	...	UND	500	16,25	8.125,00
ETP 166	METRONIDAZOL 100 MG/G CREME VAGINAL		UND	300	7,43	2.229,00
ETP 167	METRONIDAZOL 250 MG		UND	3000	0,20	600,00
ETP 168	NEOMICINA+BACTRACINA 10 G POMADA		UND	900	2,33	2.097,00
ETP 169	NIFEDIPINO 10 MG		UND	6000	0,12	720,00
ETP 170	NIFEDIPINO 20 MG		UND	6000	0,15	900,00
ETP 171	NIMESULIDA 100 MG		UND	26000	0,08	2.080,00
ETP 172	NIMESULIDA GOTAS 50 MG/ML GOTAS FRASCO 15ML		UND	240	1,69	405,60
ETP 173	NISTATINA 25 000UI/4G/50G CREME VAGINAL		UND	400	6,25	2.500,00
ETP 174	NISTATINA 50 ML/100 000 UI /ML SUSPENSÃO ORAL	...	UND	300	5,13	1.539,00
ETP 175	NITRATO DE MICONAZOL 20 MG/G CREME DERMATOLÓG	...	UND	400	2,50	1.000,00
ETP 176	NITRATO DE MICONAZOL 20 MG/G CREME VAGINAL		UND	300	9,10	2.730,00
ETP 177	NITROFURANTOÍNA 100MG COMPRIMIDO		UND	12000	0,30	3.600,00
ETP 178	NORFLOXACINO 400MG COMPRIMIDOS		UND	10000	0,53	5.300,00
ETP 179	OMEPRAZOL 20 MG		UND	54000	0,06	3.240,00
ETP 180	OMEPRAZOL 40MG/ML		UND	1000	11,70	11.700,00

ETP 181	ONDASENTRONA 4MG/ML		UND	600	1,13	678,00
ETP 182	OXIDO DE ZINCO 25% (PASTA D'ÁGUA)		UND	100	6,06	606,00
ETP 183	PARACETAMOL 200 MG GOTAS FRASCO 10ML		UND	2000	1,13	2.260,00
ETP 184	PARACETAMOL 500 MG		UND	18000	0,12	2.160,00
ETP 185	PIROXICAM 20 MG		UND	6000	0,30	1.800,00
ETP 186	PREDINISONA 3 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100ML		UND	1500	8,99	13.485,00
ETP 187	PREDSONA 5 MG		UND	8000	0,06	480,00
ETP 188	PREDSONA 20 MG		UND	8000	0,21	1.680,00
ETP 189	PREGABALINA 75MG		UND	12000	0,28	3.360,00
ETP 190	PROPATILNITRATO 10 MG		UND	12000	0,65	7.800,00
ETP 191	RISPERIDONA 1 MG/ML FRASCO 30ML		UND	1800	9,30	16.740,00
ETP 192	RISPERIDONA 1MG		UND	18000	0,13	2.340,00
ETP 193	RISPERIDONA 2MG		UND	30000	0,12	3.600,00
ETP 194	RISPERIDONA 3MG		UND	18000	0,23	4.140,00
ETP 195	SACCHAROMYCES BOULARDII 250MG PÓ		UND	5000	1,69	8.450,00
ETP 196	SAIS DE REIDRATAÇÃO ORAL		UND	1500	1,09	1.635,00
ETP 197	SECNIDAZOL 1000 MG		UND	4800	1,23	5.904,00
ETP 198	SIMETICONA GOTAS 75 MG FRASCO 10ML		UND	900	1,47	1.323,00
ETP 199	SINVASTANTINA 20 MG		UND	48000	0,08	3.840,00
ETP 200	SINVASTANTINA 40 MG		UND	25000	0,18	4.500,00
ETP 201	SORO FISIOLÓGICO 100ML FRASCOS		UND	5000	3,75	18.750,00
ETP 202	SUCCINATO DE METOPROLOL 100MG		UND	24000	1,34	32.160,00
ETP 203	SUCCINATO DE METOPROLOL 25MG		UND	24000	1,06	25.440,00
ETP 204	SUCCINATO DE METOPROLOL 50MG		UND	24000	0,78	18.720,00
ETP 205	SULFAMETROXAZOL+TRIMETOPRIMA 400 MG/80 MG		UND	9000	0,20	1.800,00
ETP 206	SULFAMETROXAZOL+TRIMETOPRIMA 40MG/8 MG/ML SUS	...	UND	1000	4,05	4.050,00
ETP 207	SULFATIAZINA DE PRATA 1% CREME		UND	400	4,86	1.944,00
ETP 208	SULFATO DE ATROPINA 0,25 MG		UND	1000	1,04	1.040,00
ETP 209	SULFATO DE SALBUTAMOL 0,4 MG/ML XAROPE FRASCO	...	UND	600	1,71	1.026,00
ETP 210	SULFATO DE SALBUTAMOL SPRAY 100MCG/DOSE		UND	600	14,85	8.910,00
ETP 211	SULFATO DE ZINCO 5MG/ML		UND	500	10,50	5.250,00
ETP 212	SULFATO FERROSO 25 MG/ML (SOL.ORAL) FRASCO 10	...	UND	600	3,24	1.944,00
ETP 213	SULFATO FERROSO 40 MG		UND	24000	0,04	960,00
ETP 214	TOPIRAMATO 100MG		UND	24000	0,38	9.120,00
ETP 215	TOPIRAMATO 25MG		UND	24000	0,17	4.080,00
ETP 216	TOPIRAMATO 50MG		UND	24000	0,20	4.800,00
ETP 217	TRAVOPROSTA 0,04 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA (FRA	...	UND	150	11,25	1.687,50
ETP 218	VALPROATO DE SÓDIO 250 MG/5 ML		UND	600	5,67	3.402,00
ETP 219	VENLAFAXINA 75MG		UND	8000	0,72	5.760,00
ETP 220	VENLAFAXINA 150MG		UND	8000	0,89	7.120,00
ETP 221	VERAPAMIL 80 MG		UND	6000	0,19	1.140,00
ETP 222	VITAMINA C 100MG/ML FRASCO 20ML		UND	1000	1,32	1.320,00
ETP 223	VITAMINA C 500MG		UND	30000	0,13	3.900,00
				Total		1.072.028,30

Observação: as especificações do objeto estão discriminadas no item 5 deste Estudo Técnico Preliminar.

10.Descrição da solução como um todo

Conforme os elementos apresentados, a solução é: AQUISIÇÃO DE MEICAMENTOS DA ATENÇÃO BASICA DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Entende-se que o fornecimento poderá ser realizado na forma parcelada e no Sistema de Registro de Preços.

11.Justificativa para o parcelamento ou não da solução

De acordo com a legislação vigente, é obrigatório o parcelamento quando o objeto da contratação tiver natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto a ser licitado. Compras, obras ou serviços efetuados pela Administração serão divididos em tantos itens, parcelas e etapas que se comprovem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se a licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, sem prejuízo da economia de escala. A norma ainda permite cotação de quantidade inferior à demandada no certame, com vistas a ampliação da competitividade, podendo o ato convocatório fixar quantitativo mínimo. Nesse sentido, o competente processo licitatório a ser deflagrado para efetivação da presente contratação será dividido em itens,

conforme as características e especificações constantes da tabela acima destacada, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

12.Resultados pretendidos

A Administração almeja com a contratação da pretensa solução, em termos de economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, os seguintes resultados:

Em termos de economicidade, a efetivação da melhor contratação viável, especialmente quanto ao melhor custo benefício, relativamente a: AQUISIÇÃO DE MEICAMENTOS DA ATENÇÃO BASICA DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Com relação à eficácia, o atendimento de todas as demandas logísticas e funcionais, no suporte às atividades finalísticas da Administração, inerentes aos correspondentes serviços prestados de interesse público. Quanto à eficiência, assegurar a continuidade da prestação regular de tais serviços, com demanda notadamente crescente, e do uso racional dos recursos financeiros disponíveis.

Relativo ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, com a contratação em análise, da forma como se apresenta - consideradas as especificações, prazos, quantitativos e demais exigências devidamente definidas -, espera-se o regular cumprimento, por parte do interessado que venha a ser contratado, de todas as obrigações e compromissos assumidos, pois, desse modo, não haverá a necessidade de rescisão contratual ou outras sanções em decorrência de inexecução do instrumento de ajuste pactuado, permitindo ao contratante, em vez de envidar esforços para a realização de novo certame destinado a contratação do mesmo objeto, destinar seus recursos humanos, materiais e financeiros para outras atividades fins da Administração.

Entende-se que a correta execução do objeto da contratação em tela, cuja regularidade será fiscalizada pela Administração, não atenta quanto ao meio ambiente e, principalmente, não acarretará impactos ambientais negativos.

13.Providências para adequação do ambiente da Administração

Verificou-se não haver a necessidade iminente de providências no sentido de adequações físicas no ambiente da Administração em decorrência da execução do objeto da contratação.

14.Análise de risco

Não foram identificados riscos substanciais a fora os comuns a toda contratação semelhante, tais como: a inexecução total ou parcial do ajuste pactuado; o não cumprimento de obrigações, especificações, projetos e prazos; bem como a ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

Entende-se que as ações, de iniciativa da Administração, necessárias para reduzir a ocorrência dos riscos identificados, já estão previstas nos normativos aos quais à contratação do presente fornecimento deverá estar devidamente fundamentada, representadas pelas sanções administrativas a serem definidas, observando-se os aspectos e características do seu objeto.

15.Requisitos específicos para a contratação

Observado o disposto na legislação pertinente, os aspectos e as características da despesa, bem como abordadas todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, entende-se que o certame a ser deflagrado deverá ainda contemplar requisitos específicos, compreendidos: o critério de julgamento definido de menor preço; a inexistência da possibilidade de participação da pessoa física; o caráter não sigiloso do orçamento estimado da contratação e a não permissão da participação de sociedades cooperativas.

Outros requisitos considerados determinantes - exigência de: prestação de garantia de proposta; e capacidade técnico-operacional.

16.Conclusão

Com base nas especificações e requisitos da solução escolhida que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, bem como considerando os elementos obtidos nos estudos preliminares realizados, avalia-se viável a contratação pretendida.

MARIA DAS GRAÇAS CYRINO DE ANDRADE
Secretaria